COMO SE DEU A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Isaac MINTS

O cruzador «Aurora» — símbolo da Revolução de Outubro. Foi a sua descarga que anunciou o assalto ao Palácio de Inverno onde se aninhara o Governo Provisòrio burguês.

Setenta anos da Grande Revolução Socialista de Outubro

Comprado na
"10ª Bienal do Livro"
em 03/09/88.

151

CASA DA CULTURA
LIVRARIA TECNO-CIENTIFICA
Rua Francisca Miquelina, 66
Cep 01316 - São Paulo - SP.
Telefones: 34-1529 - 36-0886

Isaac MINTS

COMO SE D REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

A revolução operária e camponesa, de cuja necessidade os bolcheviques sempre falaram, realizou-se.
Inicia-se hoje uma nova etapa da História da Rússia e esta terceira revolução russa deve conduzir, no final, à vitória do socialismo

V. I. Lénine

Edições da Agência de Imprensa Nóvosti
Moscovo,1987

Минц Исаак Израилевич
КАК ПРОИЗОШЛА ОКТЯБРЬСКАЯ РЕВОЛЮЦИЯ
на португальском языке
Цена 35 коп.

0505030101

© Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1987

Índice

I. Lugar e papel da Revolução de Outubro na História 7

Revolução: mera casualidade ou lei do desenvolvimento da sociedade? 7

Revolução de Outubro — acontecimento inevitável? 11

O início da Primeira Guerra Mundial 22

II. O período pacífico da Revolução de 1917 28

Vitória da segunda revolução na Rússia 28

A dualidade de poderes 31

«Califa por uma hora»: a burguesia sozinha no poder 37

«Todo o Poder aos Sovietes!» 41

«A europeização em marcha» — ou a coligação no poder 48

Segunda crise do poder: os operários e a guarnição da capital estão do lado dos bolcheviques 53

Terceira crise política: a conquista pela burguesia de todo o poder 59

III. Assalto ao Governo da contra-revolução 67

A burguesia desencadeia a guerra civil 67

A revolução é não só inevitável, como necessária 74

É preciso derrubar o Governo hoje, pois amanhã poderá ser tarde 78

O que deu a Revolução de Outubro aos povos da Rússia e aos trabalhadores de todo o mundo 92

I. Lugar e papel da Revolução de Outubro na História

Revolução: mera casualidade ou lei do desenvolvimento da sociedade?

Conta-se que o czar russo Nicolau I, ao tomar conhecimento da revolução de 1848 em França, teria entrado de rompante numa das salas do palácio em que decorria um baile, ordenando em voz alta: «Selai os cavalos, senhores oficiais: em França estalou a revolução. . .»

No brado alarmado do assustado monarca há por certo exagero, mas a verdade é que ele expressa da melhor maneira o medo que as classes dominantes têm da revolução. A história dá-nos disso, aliás, cada vez mais exemplos.

A Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, implantou solidamente na consciência dos poderosos deste mundo o medo da ira popular. O general alemão M. Hoffmann confessou abertamente esse medo num livro que se tornou famoso — mais preciso seria dizer tristemente famoso: «Moscovo por toda a parte!». O general via «a mão de Moscovo» em cada explosão da grande tempestade revolucionária que se apoderou de todos os continentes após 1917. Ora o Poder Soviético acabara apenas de nascer e ele próprio precisava de defesa e apoio. Mas que interessava a verdade ao belicoso general?! O que ele pretendia era assustar os povos com o fantasma da revolução. E, ainda hoje, qualquer acção contra a tirania e a

violência, onde quer que tenha lugar, é apresentada como obra dos «agitadores soviéticos».

A esta «versão» dos acontecimentos se encontra também ligada a invenção pouco inteligente sobre a «exportação» da revolução, como se — qual artigo embalado — as mudanças sociais pudessem ser enviadas por encomenda para qualquer país, em qualquer altura e na quantidade pretendida... Em cada país, em função das particularidades nacionais, hábitos e tradições históricas, forma-se uma determinada correlação de forças de classe, suas forças motoras. Não se pode sublevar artificialmente as massas populares, trazê-las para a rua e organizá-las para a luta.

As revoluções não se exportam, não se impõem e não se marcam — nascem e amadurecem no seio das diferentes sociedades. Doutro modo, porque deixaria de lado o omnipoderoso «exportador» da revolução uns países, dando preferência a outros? Será que os primeiros possuem segredos e vacinas especiais contra a revolução? Se assim fosse, porque não partilhariam eles as suas «pílulas» anti-revolução com os seus vizinhos e amigos?

Aliás, os «inventores» de tal mito — ou melhor aqueles que os pagam e inspiram — conhecem de facto uma «vacina milagrosa» contra as revoluções — chama-se ela, mais exactamente, intervenção armada contra os povos que tomam nas mãos os seus próprios destinos. Mas a experiência quotidiana diz-nos que também esta «vacina» é ineficaz, desde que o povo a que ela é «aplicada» lhe saiba reagir de modo unido, corajoso e decidido. O leitor recorda-se bem do que aconteceu no Vietname, em Cuba, Nicarágua e noutros países para se seja necessário acrescentar mais exemplos.

Autores de todos os matizes e procedências, tentando defender o sistema capitalista, esforçam-se por

convencer os povos a rejeitarem a via revolucionária. Foi mesmo criada uma «teoria» sobre... o preço da revolução: esta seria demasiado cara, causaria vítimas, quebra do ritmo habitual de vida, desorganização e ruína da produção. Esta «teoria» nem é nova nem original — os senhores feudais e a burguesia da Rússia já apregoavam aos quatro ventos que a revolução trazia consigo inumeráveis vítimas, rios de sangue. Já nessa altura tudo se fez para assustar o povo — mas este não se deixou intimidar e avançou corajosamente contra o velho regime. A vida justificou inteiramente esta coragem. E só correu sangue quando as forças contra-revolucionárias, aliando-se à reacção estrangeira, empurraram o país para uma prolongada guerra civil. Quem custa um preço elevado não é, portanto, a revolução mas sim a contra-revolução, que mergulhou o país em sangue.

Nos últimos tempos, surgiu uma nova atitude «teórica» para com o problema da revolução: para que é que ela precisa, afinal de contas? Tudo o que ela traz se pode igualmente conseguir sem as suas medidas radicais: olhai para os países do Ocidente — sem revoluções, conseguiram um grande desenvolvimento. Segui, portanto, o seu exemplo...

A estes «teóricos» convém lembrar que os Estados Unidos devem o seu rápido desenvolvimento às duas gloriosas revoluções americanas. A revolução inglesa contra as sobrevivências do feudalismo abriu a possibilidade de uma viragem para os métodos industriais, assegurando à velha Albion por muito tempo o papel de «oficina do mundo». A Grande Revolução Francesa, por seu turno, fecundou com as suas ideias todo o continente europeu, a América do Norte e — em conjunto com outras revoluções francesas — guindou a França ao nível das potências altamente desenvolvidas. O mesmo se pode dizer de todos os principais

países capitalistas desenvolvidos que se reivindicam o papel de representantes e dirigentes de todo o sistema: na base dos seus êxitos de hoje, estão os processos revolucionários do passado. Conclusão — as potências capitalistas, que largamente aproveitaram dos frutos das suas revoluções, recusam presentemente a outros países o caminho que a sua própria experiência já justificou. É a aplicação da velha máxima: o que é permitido aos senhores não é permitido aos escravos...

Mais uma vez falhadas as suas tentativas de intimidar os povos com a revolução, os propagandistas do Ocidente resolveram deturpar a própria essência do conceito de revolução. Procuraram para tal uma definição que, qual fórmula mágica, fosse capaz dela afastar as massas: «explosão sangrenta», «conspiração de demagogos», «psicose de massas», «epidemia social», «alucinação psicológica», etc., etc.

Nesta colecção de fórmulas não se encontra a única definição científica de revolução, há muito elaborada pelos mestres do proletariado e confirmada por uma experiência secular. **Por revolução, os marxistas compreendem um profundo e amplo movimento das massas populares durante o qual se liquidam as contradições sociais através do afastamento das velhas classes do poder e da passagem deste para as mãos de uma nova classe.**

Esta definição permite distinguir as revoluções autenticamente populares dos simples golpes de palácio e das reformas. Todas as conspirações de palácio e mudanças de generais acabam por conservar o poder nas mãos das velhas classes dominantes. Quanto às reformas — independentemente da forma que a sua concretização assuma (entendimentos políticos pacíficos ou repressão sangrenta da oposição); independentemente da profundidade das consessões feitas

ou da quantidade das vítimas causadas, acabam também elas por conservar o poder nas mãos das velhas classes.

A passagem do poder para as mãos de uma nova classe significa uma profunda mudança de direcção política na sociedade, **a transição para uma nova formação social.** A História confirmou esta lei do desenvolvimento da sociedade. O feudalismo foi varrido pelas revoluções burguesas, que tiraram o poder aos senhores de servos e o entregaram à burguesia. Na época contemporânea, sob os olhos de duas gerações, decorre o processo de substituição da sociedade burguesa por uma nova formação social — o socialismo. Ao poder ascende uma nova classe — o proletariado. E na origem deste processo encontra-se **a Grande Revolução Socialista de Outubro, que deu início à transição do capitalismo para o socialismo.**

Revolução de Outubro — acontecimento inevitável?

Questão ociosa, à primeira vista, pois que a Grande Revolução Socialista de Outubro realizou-se e ninguém a pode eliminar da História. Mas há «especialistas» que afirmam que ela poderia ter sido evitada.

Alguns encontraram nos manuais que, nos últimos 10 anos do século passado, a indústria pesada na Rússia triplicara a sua produção. Aqui começou de facto a industrialização — declaram eles com incontida satisfação.

Sim, é verdade — a indústria da Rússia czarista, nos fins do século XIX, deu de facto um salto em frente, triplicando a sua produção. Mas os sovietólogos «esquecem-se» de acrescentar que, logo depois,

nos começos do século XX, teve início uma crise mundial que em breve se fazia sentir no nosso país, relegando-o de novo para posições atrasadas e prolongando-se, em seguida, sob a forma de depressão económica. E ainda que, pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), se tenha verificado um certo crescimento económico na Rússia...

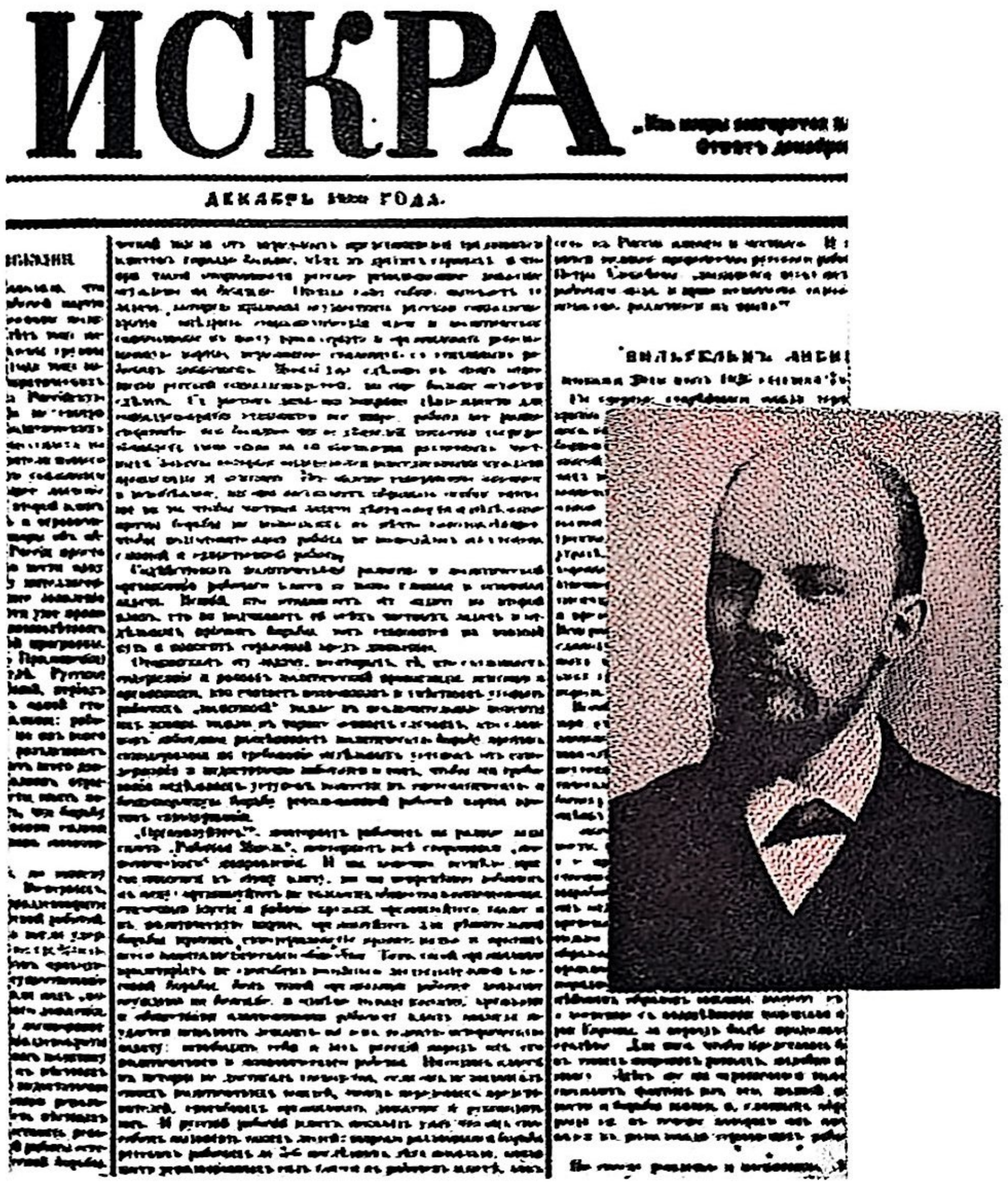
Sovietólogos há também que consideram ter-se ido demasiado longe na crítica ao czarismo, pois este afinal teria contribuído para o desenvolvimento da ciência e da cultura na Rússia. Por que razão então 3/4 da população do país era analfabeta e àqueles poucos que conseguiam romper as cadeias da ignorância e ingressar numa escola média os dirigentes chamavam desdenhosamente «filhos de cozinheira»?!

Mas — dizem-nos os incansáveis pesquisadores de uma alternativa para a revolução — sob o czarismo havia instrução, escolas, universidades... Existia ciência, muitos representantes da qual aliás possuíam renome mundial. Sim, tudo isso é verdade. Mas há que acrescentar que isso era imposto pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, pois a utilização de máquinas exigia escravos minimamente instruídos, capazes de trabalhar com os modernos meios técnicos, exigia homens sabedores do seu ofício, engenheiros. O capitalismo — verdade conhecida — exige um certo grau de instrução para os trabalhadores.

Vejamos alguns números. Em 1897, realizou-se na Rússia um censo da população; que revelou ele no domínio da instrução? De 126 milhões de pessoas, apenas 21,1% sabiam ler e escrever ou, inversamente, 100 milhões eram analfabetas! Mas a situação dos povos não russos ainda era pior — entre os tajiques, o analfabetismo atingia os 99,5%, quirguizes — 99,4%, uzbecos — 98,4%, ou seja, raros eram aqueles que

V. I. Lénine fundou a União de Luta pela Emancipação da Classe Operária, a primeira organização marxista na Rússia.

O jornal «Iskra» dirigido por Lénine tornou-se o órgão combativo dos marxistas revolucionários que, em condições extremamente duras, conseguiram realizar uma grande obra cujo fim era formar ideológica, política e organizativamente um partido proletário de novo tipo.



estavam em condições de desenhar no papel a própria assinatura. Neste aspecto, a situação pouco melhorou ainda no século XX — em 1913, o analfabetismo na Rússia era da ordem dos 73%, sem contar as crianças até aos 9 anos. Acaso se poderia esperar outra coisa de um regime que gastava mais com o sistema prisional do que com a instrução?! Quando o informaram que entre os recrutas do exército poucos eram os que sabiam ler e escrever, o czar Nicolau II exclamou: «Graças a Deus!» Lénine tinha toda a razão quando chamou ao ministério da instrução do czarismo ministério do obscurantismo.

A Rússia czarista era, do ponto de vista técnico-económico, um país atrasado. Basta lembrar que, pelo consumo de ferro per capita, pouco antes da Primeira Guerra Mundial a Inglaterra ultrapassava a Rússia 4 vezes; a Alemanha — 5 e os Estados Unidos — 10.

Contudo, pelo nível geral de desenvolvimento do capitalismo, a Rússia era um país de desenvolvimento médio e, pelos ritmos do seu crescimento, ultrapassava mesmo todos os países avançados. Assim, antes do primeiro conflito mundial, 5% das empresas concentravam metade de todos os operários industriais, enquanto que nos Estados Unidos aquela mesma percentagem de empresas concentravam 1/3 de todos os operários. Devia-se isto ao facto de a Rússia ter chegado ao capitalismo mais tarde que os outros países, não tendo por isso necessidade de esperar que a manufactura crescesse e se transformasse progressivamente em grande empresa industrial: uma série de ramos industriais — sobretudo a metalurgia — começaram logo pela construção de grandes empresas, sendo os capitalistas russos ajudados nesta tarefa pelos capitalistas estrangeiros.

A concentração de grandes massas operárias em

empresas gigantes é justamente uma das características do desenvolvimento da Rússia que teve enorme importância para o êxito da revolução. Os, bolcheviques actuavam sobretudo nas grandes empresas, levando a cabo um trabalho de esclarecimento e formando sucessivas fornadas de quadros que iam substituindo os que caíam nas garras da polícia secreta e que por esta eram impiedosamente reprimidos, enviados para trabalhos forçados ou mesmo mortos. As grandes empresas tornaram-se assim uma espécie de citadelas, fortalezas do bolchevismo.* Os operários chamavam mesmo às grandes empresas — «fábricas-bolcheviques».

O atraso da Rússia residia não na ausência do capitalismo, mas no seu fraco desenvolvimento. As sobrevivências feudais, latifundistas, que amarravam o país e sobretudo o campo, eram empecilhos ao seu desenvolvimento. O proletariado russo sofria assim duplamente — do desenvolvimento do capitalismo e da insuficiência desse mesmo desenvolvimento. Os capitalistas exploravam impiedosamente o proletariado, pois sempre tinham a sua disposição um enorme exército laboral: às portas das fábricas e empresas formavam-se longas filas de camponeses pobres, arrancados pela necessidade dos campos e prontos a trabalhar por um salário de miséria. O insuficiente desenvolvimento do capitalismo, que não conseguira derrubar todos os obstáculos feudais, também repercutia pesadamente no proletariado. A polícia impedia os operários de se organizarem e defenderem os seus direitos.

* Bolcheviques (derivado de «bolchinstvó» que, traduzido para português, significa «maioria») era o nome que, a partir de 1903, passou a ser dado na Rússia aos social-democratas que optaram pela via da luta revolucionária, abraçando de maneira consequente os ideais comunistas de Marx e Engels. «Bolcheviques» significava o mesmo que «comunistas».

Grande parte deste enorme exército heterogéneo dos explorados era constituída pelo campesinato. No campo, continuavam a dominar os senhores da terra. Libertando embora os camponeses da servidão, em 1861, o governo czarista não só não lhes assegurou quantidade suficiente de terra como, pelo contrário, lhes roubou, em favor dos latifundiários, parte das terras que eles antes possuíam e trabalhavam. Formalmente libertados os camponeses encontraram-se de facto dependentes pelas enormes somas que lhes eram exigidas a título de resgate pelas terras. Além disso, as autoridades impunham aos camponeses todo um conjunto de limitações de ordem jurídica: proibição de deixar a aldeia, submissão ao antigo senhor para lhe trabalhar as terras, etc. No fundo, mantinha-se uma situação servil, apenas juridicamente um tanto modificada.

Uma das contradições centrais e simultaneamente o principal motivo do atraso da Rússia era assim a contradição entre o relativamente alto nível de desenvolvimento da indústria capitalista e a situação semifeudal do campo.

A situação era particularmente grave nos confins nacionais. O czarismo convertera a lei ferina da sociedade exploradora — «Divide para reinar!» em sistema de opressão e escravização das nacionalidades não russas. Voltava uns povos contra os outros e, dentro de cada nacionalidade, a camada rica e dirigente contra o povo trabalhador. Os camponeses eram enxotados das terras férteis que em seguida se tornavam propriedade dos latifundiários, funcionários da polícia e altos dignatários da administração czarista.

Os povos oprimidos estavam privados de todos e quaisquer direitos. Era-lhes proibido editar livros ou jornais na sua própria língua e nas poucas escolas

não se consentia que o ensino fosse ministrado na língua natal. A maioria das nacionalidades não russas eram designadas oficialmente por «alienígenas.»

Toda esta massa gigantesca formava o povo, sobre o qual dominava um punhado de latifundiários, chefiados pelo maior de todos eles — o monarca absoluto, dirigindo o país em estreita ligação com os magnates do capital.

Quem podia erguer e organizar as gigantescas massas populares para a luta pela libertação da opressão e da miséria?

A primeira revolução russa, que abalou o país em 1905/1907, respondeu a esta questão. Todas as classes entraram então em acção, mostrando as suas forças e capacidades. A revolução foi derrotada, mas as amplas massas populares tiveram ocasião de ver todas as classes em luta, podendo assim comparar os seus programas e comportamentos, escolhendo a força capaz de libertar os trabalhadores de opressão.

Com medo da revolução o czarismo decidiu fazer uma série de concessões ao povo sublevado. Os actuais sovietólogos, arvorando-se em sábios, interrogam-se: e não deveria o czarismo ter ido mais longe nas suas reformas? Mas, srs. sovietólogos — ir mais longe nas reformas, fazer concessões mais substanciais, significaria que o czarismo deixaria de ser czarismo... O monarca absoluto chegou entretanto a assinar um decreto introduzindo na Rússia a chamada «Duma de Estado»! A burguesia de todo o mundo caracterizou a Duma como sendo quase um Parlamento. Mas a verdade é que a Duma estava muito longe de ser uma câmara representativa, encontrando-se além disso privada do direito de nomear e controlar a actividade do Governo.

O czarismo estava disposto a fazer concessões que de certo modo tocavam já nos interesses dos grandes

agrários, mas sempre sem pôr em causa o poder do regime. Em 1906, no auge das sublevações camponesas, o ministro czarista Stolípin propôs que se distribuísse uma certa parte das terras pelos camponeses, mas não à custa dos grandes agrários — à custa dos próprios camponeses! O plano de Stolípin reduzia-se a entregar em propriedade aos camponeses — através de indemnizações — as terras de que já dispunham comummente. As autoridades pretendiam com isto que os camponeses ricos adquirissem mais terra, enquanto que os camponeses pobres, incapazes já de cultivar as próprias terras de que dispunham, seriam obrigados a vender a sua exploração aos ricos. Deste modo se criou nos campos uma classe que passou a ser apoio social do czarismo — os kulaques, ou camponeses ricos.

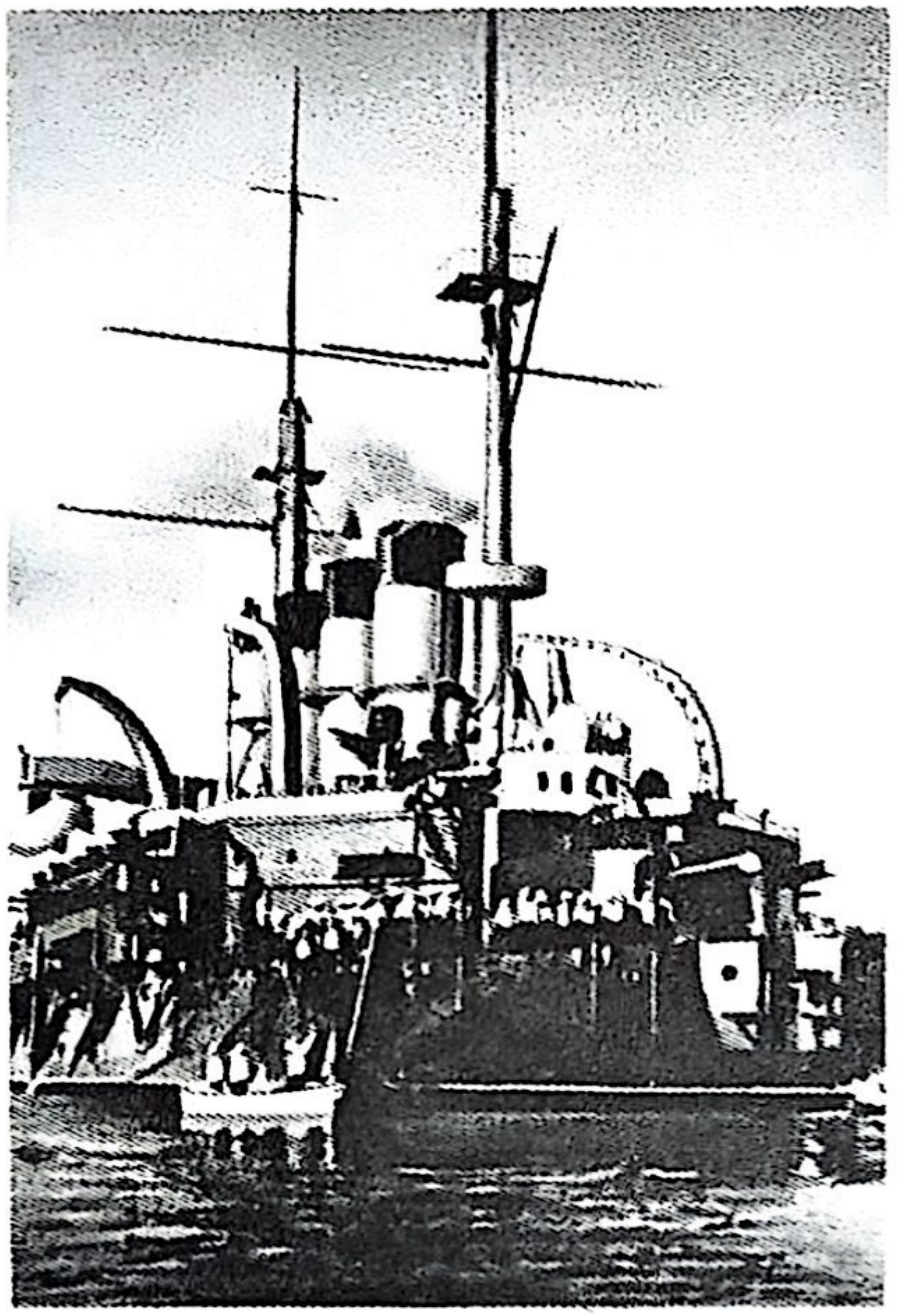
Nos campos, agudizou-se a luta entre ricos e pobres. De noite, o céu iluminava-se com frequência de clarões sangrentos — ardiam, com fogo posto, as herdades dos ricos. O czarismo, tentando com as suas medidas reprimir a revolução, acabou por aproximá-la mais.

A burguesia era incapaz de organizar as massas populares para a libertação da servidão, do arbítrio e da violência czaristas. Aliás, a burguesia russa surgiu na cena política como factor activo quando nos países industriais o proletariado já era uma classe desenvolvida com pretensões ao poder. O principal partido burguês russo possuía uma designação só por si significativa — partido dos democratas constitucionais (CD), ou seja, partido da monarquia constitucional. O povo chamava-lhe abreviadamente cadetes. Quando da primeira revolução russa, os cadetes estabeleceram conversações secretas com o czarismo, a fim de participarem no seu governo. A burguesia

temia o confronto directo com o proletariado e, para se defender dele, contava com o czarismo.

A burguesia precisava do czarismo como força policial, repressiva. Nos mercados internacionais, todos os lugares ao sol haviam de há muito sido ocupados pelas grandes potências. A burguesia russa só podia obter um lugar pela força e esta força estava nas mãos do czarismo, que tinha ao seu dispor um imenso exército. Assim se explica o constante apoio dado pela burguesia à política nacional do czarismo, política de repressão e arbitrariedades cruéis. Neste apoio, reside aliás uma das causas da longa existência do czarismo na Rússia: face às sobrevivências feudais, que travavam o desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo difundiu-se em amplitude, à custa dos territórios internos e, em parte, dos mercados externos. Esta possibilidade de expansão do capitalismo permitiu ir adiando a resolução das contradições no interior do país.

O movimento revolucionário na Rússia mostrou que só o proletariado poderia tornar-se o dirigente e o organizador de todas as massas trabalhadoras. Enveredando, nos anos 70 do século passado, pela via da luta revolucionária pelos seus direitos, a classe operária da Rússia conseguia — logo 15 anos depois — arrancar ao czarismo a primeira lei reguladora do trabalho, pela qual as multas aplicadas pelos patrões aos operários passavam a ir não para o bolso dos primeiros mas sim para satisfazer as necessidades de diversa índole dos segundos. Facto importante, se tivermos em conta que nos países capitalistas desenvolvidos os operários só conseguiram legislação favorável ao cabo de dezenas de anos de luta. Mais cedo do que outras classes, o proletariado da Rússia criou o seu partido, dando assim provas de elevada consciência política. Um partido diferente de



Em 1905, na Rússia realizou-se uma revolução democrático-burguesa.
Do lado das forças revolucionárias colocou-se, pela primeira vez, o exército — o esteio armado do czarismo: insurgiram-se os marinheiros do couraçado «Potiómkin».

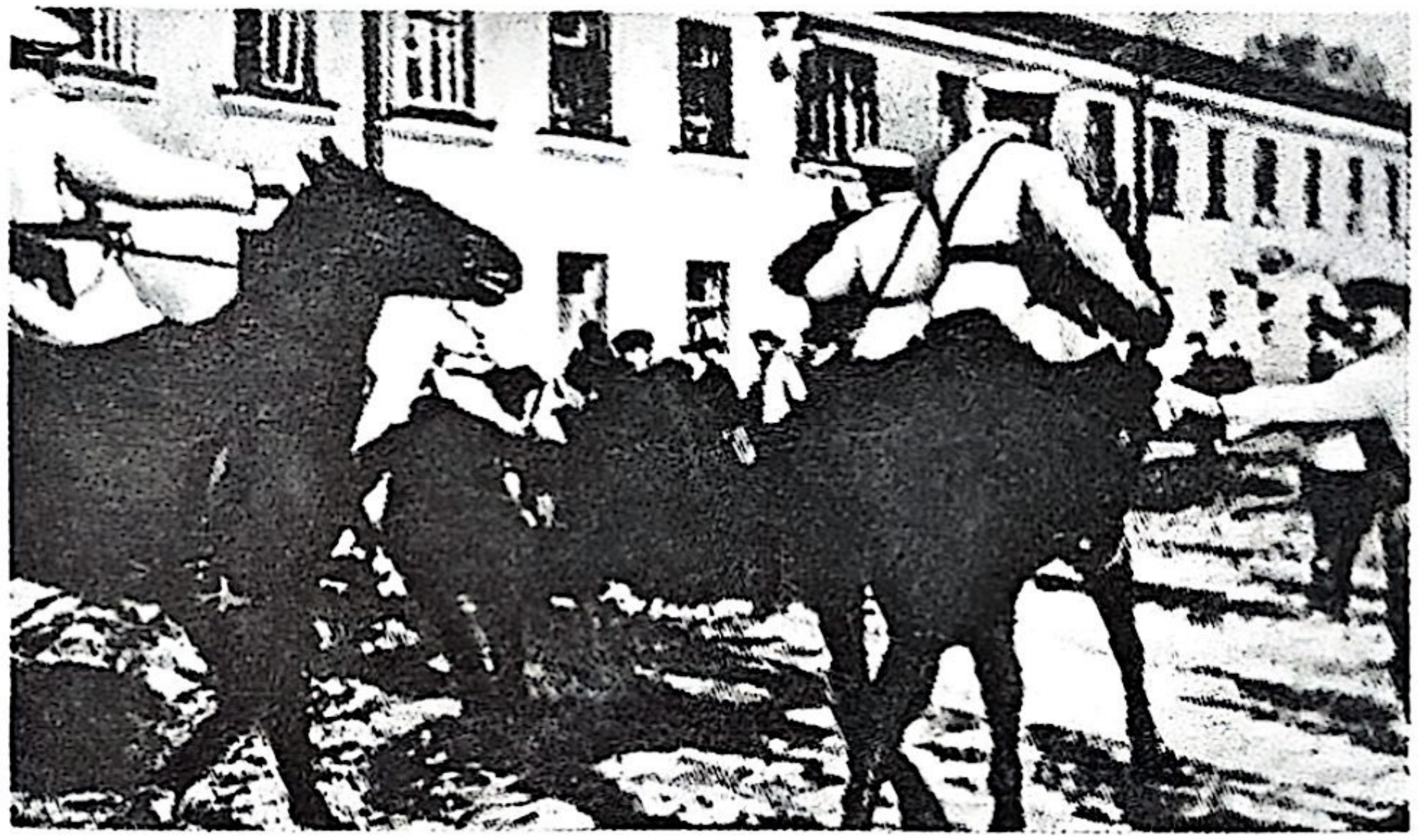
todos os que até então conhecera a social-democracia. Com efeito, até aí, os partidos sociais-democratas estavam essencialmente preparados para luta parlamentar. V. I. Lénine criou um partido à medida do carácter combativo e revolucionário do proletariado, um partido de novo tipo, representando aliás não apenas o proletariado russo, mas também

os operários de todas as nações do país, preparado e capaz de os dirigir na sua luta revolucionária.

No seio do proletariado russo, nasceram os Sovietes operários, que Lénine imediatamente caracterizou não só como mera forma de organização da classe operária, mas também e sobretudo como nova forma de poder. Estes novos órgãos foram rapidamente compreendidos e adoptados por todo o povo, tornando-se a forma orgânica da aliança operário-camponesa. As formas proletárias de luta, em particular as greves, foram também adoptadas por outras camadas trabalhadoras, o que traduzia já a influência e o papel do proletariado na luta popular.

O proletariado da Rússia era internacional pela sua composição e espírito; praticamente não possuía «aristocracia operária»; a burguesia russa não dispunha de meios suplementares para criar essa camada melhor remunerada, não podendo por isso seguir o exemplo das burguesias das potências capitalistas,

Por todo o país rolou uma onda de greves e manifestações, que foram reprimidas sem dó nem piedade pela autocracia czarista.



que, à custa das colónias, compravam parte do «seu» operariado.

O partido bolchevique conseguiu evitar que os operários fossem corrompidos pelo oportunismo, defendendo as tradições da primeira revolução russa. Três anos depois da derrota da primeira revolução, ou seja, logo em 1910, o proletariado da Rússia de novo voltou a manifestar-se pelas suas reivindicações revolucionárias. Em Julho de 1914, nas ruas de Petrogrado (actual Leninegrado) surgiram barricadas. Mas o súbito desencadear da Primeira Guerra Mundial deteve a ofensiva revolucionária.

O início da Primeira Guerra Mundial

Os autores da «teoria» de que são as guerras que geram as revoluções tentam apresentar-se como se mais não fizessem que constatar factos históricos: a guerra russo-japonesa de 1904/1905 teria dado origem à primeira revolução russa; a Primeira Guerra Mundial teria feito surgir a Revolução de Fevereiro e a Grande Revolução de Outubro; a Segunda seria a causa de muitas outras revoluções na Europa, Ásia e América...

A verdade, porém, é que a pura coincidência de factos históricos não constitui prova: é necessário distinguir com rigor as causas das consequências.

Nenhuma revolução é possível sem que haja uma situação revolucionária no país dado, sem uma crise geral que abranja toda a nação, isto é, sem que se verifique uma situação em que as classes dominantes já não conseguem dirigir o país, já não conseguem resolver as contradições que dilaceram o corpo social

e as classes dominadas se recusam a viver como antes, dando largas ao seu descontentamento através de crescentes protestos massivos. Situações de crise como estas não surgem do nada — elas são geradas por todo o desenvolvimento social, pelas condições gerais de vida. Na Rússia verificaram-se 3 situações revolucionárias — em fins dos anos 50 e dos anos 70 do século XIX e, depois, no começo do século XX. De todas elas, apenas a última acabou por transformar-se em revolução — e a guerra apenas veio acelerar esta transformação, este processo. Quando a guerra se torna elemento integrante de uma situação revolucionária, ela agudiza todas as contradições.

Essa a influência exercida pela Primeira Guerra Mundial, gerada, como se sabe, pelo imperialismo. Na segunda metade do século XIX, a Alemanha, ensopada por uma chuva de ouro de contribuições sobre a França, após uma guerra vitoriosa, começou progressivamente a aproximar-se da Inglaterra e da França no que respeita ao desenvolvimento industrial, passando a exigir uma parte maior do «bolo» dos mercados internacionais. Mas como, em fins do século passado, o mundo se encontrava já repartido pelas grandes potências, os capitalistas alemães só podiam conseguir os seus objectivos pela força.

No dia 1 de Agosto de 1914, estalou a guerra pela redivisão do mundo. As classes dominantes de ambos os grupos em confronto declararam essa guerra «defensiva», «justa», «nacional». Na realidade, porém, tratava-se de uma guerra imperialista e injusta tanto por parte da Inglaterra, da França e da Rússia como por parte da Alemanha e dos seus aliados.

Um outro factor contribuiu para acelerar o estalar da guerra — a intensificação do movimento revolucionário do proletariado em todos os países indus-

trialmente desenvolvidos. As classes dominantes esperavam, através da guerra, poder refrear, dominar esse movimento lançando os operários de vários países uns contra os outros e liquidando a sua fina flor, ou seja, aquela nova geração que estava já pronta a colocar a questão do poder.

A burguesia apoiou totalmente a política do czarismo, pois esta fornecia-lhe colossais benefícios. Mas o imperialismo russo era mais fraco que outros. O atraso geral do país em breve conduzia à derrota na frente de batalha, apesar do heroísmo e firmeza dos soldados — 30 meses de guerra quebraram a Rússia czarista, que se revelou no conflito um verdadeiro gigante com pés de barro.

As derrotas, as enormes perdas humanas sofridas na frente de batalha, a fome e o caos na retaguarda intensificaram os movimentos de massa. O número de grevistas chegou ao milhão e meio, em 1916. A actividade da luta grevista do proletariado russo foi o prenúncio.

O país vivia já à espera de uma revolução.

O czarismo constatou, alarmado, que a repressão já não surtia os efeitos desejados. Nos corredores do poder começou a pôr-se a hipótese de terminar com a guerra. Mas a viragem política da guerra para a paz era sumamente complexa e plena de perigos para o czarismo. A burguesia não queria sequer ouvir falar do termo do conflito, que lhe trazia lucros enormes. Quanto aos governos das potências aliadas, olhavam com desconfiança para as manobras do czarismo, temendo perder essa fonte de «carne para canhão» que Rússia era. No entanto, o czarismo, utilizando os laços familiares existentes entre as cortes da Rússia e da Alemanha, começou com extrema cautela a sondar as possibilidades de uma paz separada, a fim de se libertar das preocupações da frente de batalha e se

dedicar por inteiro à ofensiva interna contra a revolução. O inimigo interno foi considerado mais perigoso que o inimigo externo.

A burguesia, suspeitando das intenções do czar de iniciar conversações, preferiu desfazer-se dele. Nos meios burgueses amadureceu uma conspiração — substituir Nicolau II pelo seu filho mais novo e escolher como regente o irmão de Nicolau — Mikhaíl, que tinha fama de ser político de vistas curtas, mas que se encontrava mais próximo dos grandes capitalistas.

Os bolcheviques consideravam que a próxima revolução seria democrático-burguesa. As suas tarefas continuavam a ser a liquidação das sobrevivências e institutos do feudalismo e da servidão, o derrube da monarquia e a instituição de uma república democrática, a introdução da jornada de trabalho de 8 horas e a entrega aos camponeses, sem quaisquer «contrapartidas», das terras dos grandes agrários. Tal como em 1905, os bolcheviques compreendiam que havia passado para a burguesia o tempo das acções revolucionárias — intimamente ligada com os interesses do czarismo, ela não só era incapaz como não pretendia sequer assumir um papel dirigente.

Nos 10 anos decorridos desde a primeira revolução, o proletariado temperara-se em batalhas de classe, a diferenciação social nos campos aprofundara-se e os laços entre o campesinato pobre e o proletariado fortaleceram-se. O partido bolchevique adquirira experiência em lutas de classe, conseguindo defender a sua linha dos ataques oportunistas, tanto de direita como de esquerda. Todos estes factores davam base para se esperar que a revolução não se deteria na etapa democrático-burguesa, isto é, que se transformaria em revolução socialista. O Governo revolucionário poria imediatamente fim à guer-

Na greve dos ferroviários de Moscovo, no Verão de 1916, participaram milhares de operários. Tudo indicava um novo ascenso revolucionário das massas.

ra de pilhagem imperialista, não pelo expediente de uma paz separada, mas propondo uma paz democrática geral a todos os povos, sem quaisquer anexações ou indemnizações. Mas se o imperialismo mundial não aceitasse uma tal paz e tentasse por todos os meios sufocar a revolução socialista, o povo levantar-se-ia em sua defesa e travaria uma guerra

revolucionária, com o apoio e a simpatia de todas as forças revolucionárias do mundo.

As páginas de história da luta do partido bolchevique pela sua influência junto das grandes massas estão plenas de heroísmo, abnegação, profunda convicção na justeza da sua causa. Na capital como nos centros industriais, a *okhranka* (nome da polícia política czarista) perseguia e prendia os membros das organizações bolcheviques. O trabalho político nas forças armadas era particularmente perigoso. Uma simples palavra de protesto podia custar anos de trabalhos forçados e um panfleto ou um apelo revolucionário conclamando à desobediência ao comando podia conduzir ao pelotão de fuzilamento. Milhares de combatentes revolucionários tombaram, mas o Partido bolchevique cumpriu o seu dever, tendo sido mesmo a única organização política que preparou as forças armadas para se colocarem ao lado da revolução.

Nas condições da clandestinidade, era difícil determinar com precisão qual o número de membros do partido, mas sabe-se hoje que deveriam aproximadamente oscilar entre os 35 e 40 mil. As suas organizações actuavam em 200 cidades. A força do Partido residia na sua íntima ligação com as massas, na sua unidade teórica, na coesão das suas organizações. Os bolcheviques não tinham divisões fraccionistas, defendiam firmemente um programa comum, possuíam uma única linha e submetiam-se aos mesmos Estatutos. Em torno dos bolcheviques, agia todo um largo grupo de revolucionários sem partido. A firmeza de princípios dos bolcheviques, a sua coerência e a fortaleza das suas fileiras atraíam para o seu lado a inteligência e o coração de todos os que estavam dispostos a defender os interesses do povo, a causa da revolução.

II. O período pacífico da Revolução de 1917

Vitória da segunda revolução na Rússia

Greve geral em Petrogrado! Em fins de Fevereiro de 1917, qual sinal de alarme, esta notícia espalhou-se por todo o país. No dia 23 de Fevereiro de 1917, em Petrogrado estavam em greve mais de 100 mil trabalhadores; no dia seguinte — mais de 200 mil; dia 25 — uma greve geral abrangia toda a Petrogrado operária — mais de 400 mil pessoas! Em 3 dias, portanto, a greve assumira proporções extremamente amplas, o que testemunhava insofismavelmente que as massas estavam preparadas para a sublevação.

O partido bolchevique, nos dias que durou a revolução, levou a cabo um trabalho diversificado no sentido de dirigir o movimento, tanto em Petrogrado como por todo o país.

Durante a revolução, os bolcheviques da capital (mais de 2000, em 1916) encabeçaram as demonstrações, distribuíam os dirigentes pelos locais de combate e levaram a cabo um trabalho de agitação entre os soldados. À noite, em apartamentos conspirativos, os membros do Comité analisavam o decurso dos acontecimentos traçando o plano de acção para o dia seguinte. No dia 25 de Fevereiro, certo do êxito da greve geral, o Comité decidiu que chegara o momento de passar à insurreição armada.

Para tal, era necessário tomar a estação central de Correios e Telégrafos, erguer barricadas nas ruas, criar destacamentos de combate e ocupar as fábricas.

Decidiu-se igualmente fazer um apelo aos soldados para que estes apoiassem a insurreição. A Moscovo e a Nijni Novgorod foram enviados representantes dos revolucionários da capital, pedindo para que nessas duas cidades se apoiasse a sublevação de Petrogrado, o que claramente demonstra que os bolcheviques não encaravam esta última como mero acontecimento localizado. Decidiu-se ainda organizar comités especiais nas fábricas e criar Bureau de Informação para, de acordo com o evoluir dos acontecimentos, o transformar em Soviete de Deputados Operários. Aliás, a ideia dos Sovietes como novos órgãos de poder arraigara-se tão profundamente quer junto dos bolcheviques, quer junto das grandes massas que, mal surgiram as primeiras notícias da insurreição, se tomou logo a decisão de criar Sovietes.

Entretanto, no Comité de Petrogrado actuava um provocador (desmascarado mais tarde, seria condenado à merecida pena — morte por fuzilamento). Na noite de 24 para 25 de Fevereiro de 1917, entregou uma cópia da acta da reunião do Comité Central a *okhranka*. Com base neste documento, a organização da polícia comunicava à sua direcção: «A organização de Petrogrado do Partido Operário Social-Democrata da Rússia decidiu, no decorrer das manifestações que há dois dias se vêm registando em Petrogrado, utilizar para fins partidários este movimento e, apoderando-se da direcção das massas que nele participam, conferir-lhe um rumo claramente revolucionário». Citamos este documento policial para uma vez mais sublinhar: as autoridades czaristas sabiam que existia um efectivo dirigente do movimento. Que valem portanto, face a estes factos, as

tentativas dos falsificadores contemporâneos da História da Revolução no sentido de mostrarem que os bolcheviques não teriam participado na luta, teriam sido apanhados de surpresa e não se teriam lembrado dos Sovietes...

Ao fim do dia 27 de Fevereiro, deputados operários dirigiram-se ao Palácio de Tauride. A situação que se lhes apresentou aí não lhes era habitual — no palácio encontravam-se os membros da fracção menchevique* da Duma de Estado, que não tomavam parte, em quaisquer combates de rua. Experientes na «pequena política», os mencheviques tentaram tomar a situação em mãos, declarando-se a si próprios «Comité Executivo Provisório» do Soviete. De modo que quando, vindos dos combates de rua, os bolcheviques chegaram ao palácio, encontraram já um Executivo que ninguém elegera.

Os mencheviques e os SR** não negavam que os Sovietes de Deputados Operários eram uma forma perfeitamente admissível e valiosa de organização, que unificava os operários independentemente da profissão, tempo de trabalho, nacionalidade, religião, sexo, etc. Mas, na opinião dos mencheviques, os Sovietes não deveriam organizar a insurreição nem tornar-se órgãos de poder. Os mencheviques pronunciavam-se contra a junção, nos Sovietes, dos operários e dos soldados, invocando o falso argumento de que se deveria manter «a pureza de classe» dos órgãos operários. Na realidade, porém, os mencheviques e os SR tentavam limitar os Sovietes a funções de tipo sindical.

Na mesma reunião, o Soviete decidiu criar uma comissão para as questões alimentares, encarregada de proceder à contagem de todas as reservas de trigo — estatais e individuais — e montar o abastecimento do exército e da população da capital, que as autoridades czaristas haviam deixado sem produtos, tentando liquidar a revolução pela fome. O abastecimento foi retirado das mãos das autoridades e a direcção do exército subtraída ao controlo do comando czarista. Foi decidido ainda destacar vários representantes do Soviete para a organização das suas secções nos diferentes bairros e para pôr de pé a edição de um jornal — o «Izvéstia» (Notícias) — órgão do Soviete.

Todas estas decisões tinham carácter revolucionário, transformando o Soviete em órgão de poder.

A dualidade de poderes

No dia da insurreição, Nicolau II assinou um decreto de dissolução da Duma de Estado, ao mesmo tempo que ordenou a entrada na capital de uma expedição punitiva.

*Em 1903, no decorrer do Segundo Congresso do Partido, verificou-se uma cisão: a minoria (em russo — menchinstvó, daí o nome de «mencheviques») não concordou com o princípio leninista de criação de um partido de novo tipo, capaz e preparado para dirigir a luta revolucionária pelo derrube da ditadura da burguesia, pelo socialismo, mantendo-se nas posições da velha social-democracia, inclinada, no fundamental, para a actividade parlamentar. Desde aí, os mencheviques, passo a passo, foram abandonando todos os princípios fundamentais do marxismo — desde a necessidade da ditadura do proletariado ao programa agrário revolucionário, transformando-se num grupo oportunista, colaborante com a burguesia.

** O partido dos socialistas revolucionários (SR) formou-se em fins de 1901. Os SR consideravam que todos os trabalhadores indistintamente — proletariado, campesinato, intelectualidade — eram em igual medida a força motora da revolução. Reconhecendo em princípio o papel das organizações de massas, os SR, todavia, colocavam em primeiro plano a teoria dos «heróis» e das «multidões», considerando o terror o principal método de desenvolvimento da revolução.

Na manhã do dia 27 de Fevereiro, a Duma de Estado foi informada do decreto de dissolução. Que fazer? Não se sumbeter significava a prisão: submeter-se significava deixar-se arrastar pelos acontecimentos, perder toda e qualquer possibilidade de exercer influência sobre a situação no país. Colocados perante esta escolha difícil, os deputados optaram por uma manobra aparentemente hábil: submeter-se ao decreto de dissolução do czar, mas não se separar — continuar reunidos na sala contígua

Reunião do Comité Executivo do Comité de Petrogrado do Soviete de Deputados dos Operários e Soldados.

em conselho privado. Nele, os deputados decidiram criar um Comité Provisório da Duma de Estado.

À noite soube-se que o Soviete de Petrogrado havia reunido e tomado as suas primeiras decisões. O Soviete de operários e soldados colocou-se assim praticamente à frente dos acontecimentos. O Comité Provisório da Duma, por seu turno, tentou também dirigir o movimento. Não há dúvida de que os líderes dos partidos burgueses começaram por travar as suas decisões esperando ganhar tempo, enquanto aguardavam a chegada do corpo punitivo à capital. Na noite do dia seguinte, 28 de Fevereiro, o Comité Provisório da Duma decidiu tomar nas suas mãos o restabelecimento da ordem estatal e social e criar um novo Governo.

Os regimentos da guarnição militar da cidade foram informados desta decisão do Comité Provisório e chamados, com todos os seus efectivos, incluindo a oficialidade, para junto do edifício da Duma de Estado. Os discursos não eram ricos em promessas — acentuava-se mais os aspectos de manutenção da ordem, apelando-se à calma e à confiança dos oficiais. Falava-se também da prossecução da guerra. Os soldados, que ansiosamente desejavam a paz, escutavam desiludidos, gritando o tradicional «hurra!» sem qualquer entusiasmo...

Satisfeitos com estes êxitos temporários, os políticos burgueses decidiram prosseguir com as suas medidas. Foi assinada uma ordem determinando aos soldados que regressassem aos quartéis e entregassem as armas retiradas dos arsenais; quanto aos oficiais que haviam abandonado as suas unidades durante a insurreição, ordenava-se-lhes que regressassem.

Esta ordem foi mal recebida por toda a guarnição de Petrogrado. Não se permitiu aos oficiais que regressassem às unidades, e aqueles que ainda se

mantinham nos regimentos foram presos. Numa série de unidades realizaram-se eleições destinadas a escolher de entre os soldados os novos comandantes. A agitação alargou-se a toda a guarnição. Apareceram de novo nas ruas grupos de soldados armados, aderindo a eles as brigadas operárias. Os soldados indignados dirigiram-se para o Soviete exigindo que a ordem fosse anulada e se pusesse em geral termo às tentativas de ressuscitar o velho regulamento nas forças armadas.

No dia 1 de Março — o Soviete de Petrogrado publica a sua «Ordem n° 1» que faz distribuir em toda a guarnição militar da capital e que desempenha papel excepcional na adesão de todo o Exército à revolução: 1) em todas as companhias, batalhões, regimentos, baterias e esquadrões formar imediatamente comités, com base em representantes dos soldados; 2) eleger, para o Soviete de Petrogrado, um representante por cada companhia; 3) em todas as suas manifestações de ordem política, as unidades militares subordinam-se ao Soviete de deputados operários e soldados e aos seus comités; 4) cumprir as ordens da comissão militar da Duma de Estado desde que elas não se encontrem em contradição com as ordens e disposições emanadas do Soviete; 5) colocar as armas à disposição dos comités e não as confiar aos oficiais; 6) os soldados cumprem e mantêm a disciplina quando em serviço; fora dele, gozam dos mesmos direitos de todos os outros cidadãos; 7) os títulos dos oficiais são anulados e substituídos pelas palavras: senhor oficial, etc.

Fiéis à sua linha errada, de acordo com a qual a revolução burguesa tinha que ser dirigida pela burguesia, os líderes do Soviete — SR e mencheviques — decidiram ceder o poder à burguesia. Em reunião conjunta, concordaram nos seguintes pontos, como

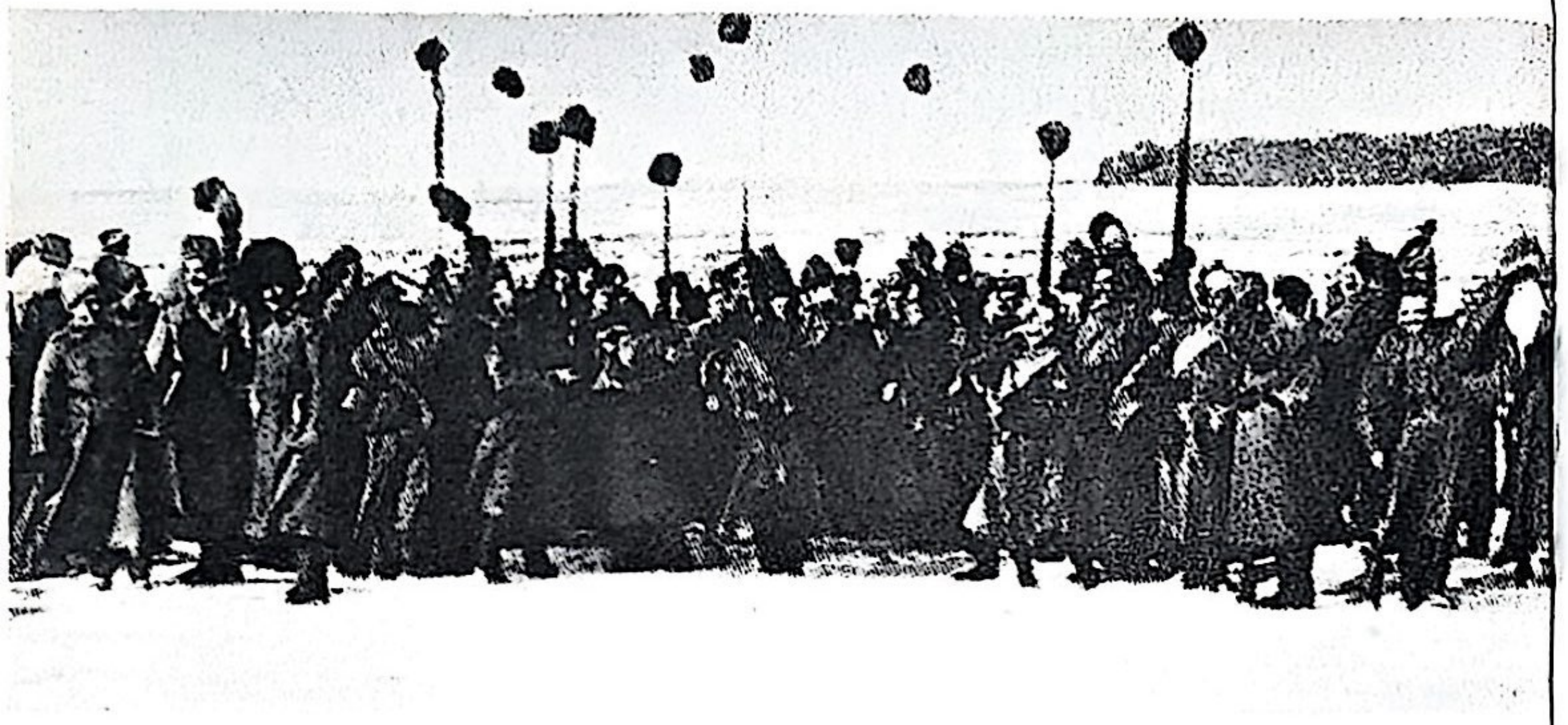
base para a formação de um governo: 1) amnistia completa e imediata para todos os casos de ordem política e religiosa; 2) liberdade de palavra, imprensa, reunião, associação e greve; 3) abolição de todas as limitações de classe, religiosas e nacionais; 4) preparação para a convocação de uma Assembleia Constituinte com base em voto igual, directo e secreto; 5) substituição da polícia por uma milícia popular; 6) eleições para os órgãos do poder local — gerais, iguais, etc.; 7) não desarmar nem fazer sair de Petrogrado as unidades militares que participavam na revolução.

Nenhuma destas condições apresentadas pelos mencheviques e os SR ia contra as intenções da burguesia nem limitava a sua liberdade de acção. Grande parte destas exigências já foi concretizada durante a revolução.

Não deixa de ser significativo, que, nas condições desta conjura no sentido de entregar o poder à burguesia, nada se diga sobre a forma de poder — não se especificando se se conservava a monarquia ou se seria proclamada a república: dois partidos que a si próprios se consideravam «socialistas» esqueceram pura e simplesmente a república, enquanto que os líderes burgueses há muito que não queriam predeterminar o destino da monarquia.

Nesta etapa, os SR e os mencheviques temiam perder a confiança das massas revolucionárias e por isso ainda não colocavam a questão da entrada dos «socialistas» no governo; a burguesia, por seu turno, ainda não precisava da sua ajuda, pois os seus líderes ainda estavam convencidos de que eles próprios seriam capazes de tomar conta da situação sozinhos e que manteriam o poder.

No dia 2 de Março constituiu-se um Governo Provisório.



Na frente de combate, os soldados saudaram com entusiasmo o derrube da autocracia.

Por insistente recomendação do comandante supremo do exército, após mais alguns dias de teimosia, Nicolau II anuiu por fim, a 3 de Março, em deixar o trono em favor do seu irmão Mikhail. Mas o último imperador, menos de um dia depois, renunciava à coroa. Caíra a monarquia, ainda que nenhum texto o consagrasse, para já, no plano jurídico.

No país surgiu assim uma situação política extremamente rara — a dualidade de poderes. O poder estava nas mãos do Governo Provisório e, simultaneamente, do Soviete, de cujo lado se encontravam as massas populares armadas.

Como explicar que tenham sido os operários e os soldados (na maioria camponeses fardados) a fazer a revolução e que o poder tenha passado para as mãos da burguesia? Como explicar que os bolcheviques conduzissem as massas populares nas batalhas de rua, e nos órgãos representativos do povo — os Sovietes — dominassem os SR e os mencheviques?

Essa contradição teve como origem fundamental o

carácter pequeno-burguês do país. Depois da queda do czarismo, à actividade política ascenderam milhões de pequeno-burgueses. Incapazes de distinguir logo entre os partidos, não sabiam onde estavam os seus verdadeiros defensores e onde os carreiristas. Essa massa de gente conformista era constituída por advogados bem falantes, professores, médicos, em resumo — pessoas longe da revolução. Também a composição do proletariado se modificara — durante a guerra, às fábricas vieram muitos camponeses, ao mesmo tempo que parte da pequena burguesia se escondia, nas fábricas do material bélico, da mobilização para a frente de combate.

Os elementos pequeno-burgueses traziam consigo, como é evidente, os seus preconceitos de classe, as suas ideias ultrapassadas. Por isso, a revolução, realizada sem a burguesia e contra ela, acabou por lhe trazer alguns êxitos temporários.

«Califa por uma hora»: a burguesia sozinha no poder

Tendo recebido o poder das mãos do povo sublevado, a burguesia apressou-se a fortalecê-lo. O Governo Provisório tentou manter o velho aparelho de Estado. O Soviete decidira liquidar o aparelho czarista, mas o Governo Provisório continuava a sustentá-lo. Só no dia I de Maio — dois meses depois da revolução (!) — foi aprovado o decreto de reforma compulsiva dos funcionários czaristas, mantendo-se-lhes, no entanto, pensões elevadas.

O Governo Provisório manteve as leis czaristas, mesmo aquelas que haviam sido adoptadas sem passar por Duma do Estado. Na declaração sobre a formação do Governo Provisório, prometera-se subs-

tituir a polícia por uma milícia popular, mas na realidade apenas se procedeu à substituição do seu comando por oficiais do exército; nos locais afastados, tudo permaneceu praticamente sem alterações. Nas regiões nacionais, conservou-se todo o velho aparelho administrativo.

Naquela mesma declaração, nada se dizia sobre a continuação das acções bélicas. A burguesia não queria liquidar essa fonte de enriquecimento sem precedentes, mas não se atrevia também a confessá-lo.

A guerra foi declarada «nacional», «defensiva» e até... «revolucionária» afirmando-se que o seu carácter teria mudado com a queda do czarismo. A burguesia tentava por todos os meios manter o exército na frente de batalha, não permitindo nas suas fileiras qualquer onda revolucionária.

Na declaração também nada se dizia sobre outra questão de importância vital — a questão da terra. Temendo, no entanto, o crescimento do movimento camponês pela terra e não estando seguro de que os soldados, cuja maioria eram camponeses, cumprissem o papel punitivo que lhes queria atribuir, o Governo Provisório pôs a correr uma palavra de ordem conciliadora: adiar a decisão sobre a questão agrária até à Assembleia Constituinte (não designando, no entanto, a data concreta da sua convocação...). Ele decidiu sacrificar as terras do czar e dos grandes príncipes e até criar comités encarregados de preparar a lei da terra a apresentar à Assembleia Constituinte. Porém, os camponeses, acreditando pouco na sinceridade e eficiência destas medidas, começaram com cada vez maior frequência a resolver o problema à sua maneira — ocupando as terras dos latifundiários, dividindo o inventário e

recusando-se a pagar as rendas aos antigos senhores, etc.

O apetite rapinante da burguesia no domínio económico manifestou-se com particular clareza. O Governo Provisório anulou todas as limitações ao enriquecimento da burguesia. Os empresários meteram as mãos até ao fundo no erário público, agora à disposição do governo burguês: os subsídios governamentais por isto e por aquilo sucediam-se uns aos outros, ao mesmo tempo que eram aumentados os preços da produção bélica. A especulação atingiu proporções sem precedentes.

Cega com a chuva dos lucros, enriquecida à custa da falta do controlo governamental, a burguesia resolveu que podia «abrir jogo» na questão da guerra. Os aliados, aliás, havia muito que a empurravam nessa direcção. No dia 20 de Abril de 1917, a imprensa publicou uma nota em que o ministro dos negócios estrangeiros Miliukov anunciava que a Rússia prosseguiria na guerra. A declaração do bélico ministro, que actuava aliás por encargo e com pleno acordo do Governo Provisório, suscitou entre as massas o efeito de um trovão em céu sem núvens. Milhares de soldados saíram para a rua protestando, dirigindo-se para o edifício do governo.

Os líderes dos Sovietes — mencheviques e SR — decidiram então acalmar os manifestantes, levando o Governo a dar outro tom à sua nota. O Comité Central dos bolcheviques adoptou uma decisão proposta por Lénine, na qual se dizia que a exigência de demissão deste ou daquele ministro traduzia a falta de experiência política das massas, substituindo a luta de classes pela mera exigência de mudanças de figuras de topo. «Só tomando nas suas mãos — com o apoio da maioria do povo — a totalidade do poder estatal, dizia-se na resolução leninista, o proletariado

revolucionário poderá, em conjunto com os soldados revolucionários, através dos Sovietes de deputados operários e soldados, criar um governo em que acreditem os operários de todos os países e único capaz de pôr termo rapidamente à guerra e instaurar uma paz verdadeiramente democrática».[1]

Seguindo a palavra de ordem dos bolcheviques, organizou-se uma manifestação em que participaram mais de 100 mil pessoas. Manifestações semelhantes tiveram lugar noutros centros industriais do país.

O Governo Provisório desorientou-se. O general Kornílov, comandante da região militar de Petrogrado, propôs o recurso às armas e chegou até a ordenar que os canhões saíssem para a rua. Mas os assustados ministros acabaram por convencê-lo a não prosseguir com a sua acção. O Governo Provisório estava agora à beira do fim. O Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, ao lado do qual se encontrava o povo armado, podia tomar o poder sem qualquer oposição. Mas os líderes pequeno-burgueses tinham mais medo do poder do que do fogo — é impossível dirigir o país sem a burguesia, afirmavam, alarmados, os conciliadores.

Os líderes da burguesia resolveram aproveitar esse pânico doentio para tentar sair do beco a que os conduzira o povo revoltado. Em reunião conjunta com os dirigentes do Soviete, os ministros apelaram àqueles que já uma vez tinham atirado uma boia de salvação à burguesia — ajudem-nos ou tomem vocês próprios o poder! Desta vez, os líderes dos SR e dos mencheviques decidiram-se a entrar no governo, a fim de o salvar — assim se formou o primeiro governo de coligação.

---

[1] V. I. Lénine. OC, vol. 31, p. 292.

«Todo o Poder aos Sovietes!»

O Partido bolchevique saiu da clandestinidade, pela primeira vez conduzindo a sua actividade abertamente. No dia 5 de Março, começou de novo a publicar-se o jornal «Pravda» — órgão dos Comités Central e de Petersburgo.

Os comités do Partido foram reorganizados com base no centralismo democrático. Os órgãos do partido — da base ao topo — começaram a constituir-se por eleição. Em Moscovo e noutros centros industriais, começaram também a editar-se jornais bolcheviques. Das prisões começaram a ser libertados os bolcheviques que haviam sido detidos pelas autoridades czaristas. Do degredo, das prisões e da emigração regressaram ao país membros do Comité Central e nomes conhecidos do Partido — Félix Dzerjínski, Valerian Kúibichev, Grigóri Ordjonikidze, Iákov Sverdlov, Jóssif Stáline, Stepan Chaumian e muitos outros.

A nova situação exigia do Partido novas orientações, um novo plano estratégico, uma outra táctica e outras palavras de ordem.

Logo nos primeiros dias da revolução, Lénine — então na emigração — escrevera as «Cartas de Longe», em que traçara a linha do Partido após a revolução de Fevereiro. Lénine escreveu que a revolução ainda não terminara — concluíra-se apenas a sua primeira etapa — e que os operários deviam dar provas de heroísmo e conseguir a vitória na segunda etapa da revolução. Lénine colocou a tarefa de se criar uma milícia operária ou um corpo de voluntários, a fim de não permitir ao Governo burguês reconstituir a polícia e salvar a monarquia. «... Completa oposição, nenhum apoio ao novo Governo;.. armar o proletariado é a única garantia;

A 4 de Abril de 1917, Lénine apresentou aos responsáveis bolcheviques de Petrogrado as teses onde expôs o plano de luta por que a revolução democrático-burguesa se transformasse numa revolução socialista. Elas entraram na História como «As Teses de Abril».

Correligionários de Vladímir Lénine: Félix Dzerjínski, Iákov Sverdlov, Jóssif Stalin.

eleições imediatas para a Duma de Petrogrado; nenhuma aproximação com os outros partidos.»[1]

A 3 de Abril de 1917, após atravessar a Alemanha e a Suécia neutral, Vladímir Lénine, juntamente com um grupo de outros revolucionários, conseguiu atingir a Rússia. Terminava um período de emigração forçada que se prolongara por vários anos. As mas-

[1] V. I. Lénine. OC, vol. 31, p. 7.

«Viva a festa internacional do trabalho!», «Viva o socialismo!»—foi sob estas palavras de ordem que os operários e os soldados da guarnição de Petrogrado organizaram a manifestação do 1° de Maio. Pela primeira vez, esta festa proletária internacional era comemorada na Rússia abertamente.

sas populares acolheram entusiasticamente o seu líder. No dia seguinte, Lénine apresentou um relatório no Palácio de Táurida. Lénine começou por se deter na principal questão do momento — a questão da guerra. O carácter da guerra, como se sabe, é determinado pela classe que a conduz. A guerra fora conduzida pelo czarismo, que dirigira o país em estreita aliança com os senhores do capital. O czar caíra, é certo, mas o poder passara para as mãos da burguesia que prosseguira a guerra porque esta favorecia os seus interesses. A guerra não se tornara portanto nem popular nem revolucionária — a guerra continuava sendo imperialista, inclusive por parte da Rússia, apesar de no país se ter dado uma revolução. A tarefa agora consiste — acentuou Lénine — em propagandear entre as massas esta realidade, esclarecendo-as sobre o carácter imperialista da guerra, de modo a mostrar-lhes que é impossível conseguir uma paz verdadeiramente democrática sem derrubar previamente o poder da burguesia, não se devendo por isso confiar no Governo Provisório, responsável pela continuação da guerra.

No seu relatório, Lénine sublinhou ainda que os bolcheviques não são contra todas as guerras, mas sim contra as guerras imperialistas da burguesia; uma vez o poder nas mãos dos operários e camponeses, estes saberão defendê-lo inclusive pelas armas.

Exposta a posição dos bolcheviques em relação à guerra, Lénine passou a analisar a situação política na Rússia. A sua principal particularidade — acentuou Lénine — é a dualidade de poderes: o Governo Provisório é o órgão da burguesia e dos latifundiários mas a par dele existe um outro poder — os Sovietes, órgãos do povo. Qual densa rede, os Sovietes haviam já coberto todo o país.

A burguesia tenta liquidar a dualidade de poderes,

tenta assenhorear-se da totalidade do poder, apoderando-se daquele que os Sovietes exercem, para em seguida os liquidar. Para salvar a revolução, é preciso defender os Sovietes, entregar-lhes a plenitude do poder. «Todo o Poder aos Sovietes!» — é esta a palavra de ordem dos bolcheviques.

Mas nos Sovietes dominavam os SR e os mencheviques — poucos eram os Sovietes bolcheviques. Isso significava, portanto, que os bolcheviques se pronunciavam pela entrega do poder aos SR e aos mencheviques? Lénine esclareceu este aparente paradoxo: os Sovietes têm poder real — a burguesia sabe-o e vê-o a cada momento. Entregar a plenitude do poder aos Sovietes significa, portanto, cortar com a burguesia. A palavra de ordem «Todo o Poder aos Sovietes!» significava, portanto, romper com os capitalistas, destruindo o seu aparelho de poder e criando um novo aparelho de Estado na base dos Sovietes, que cobriam já todo o país.

Com a simples entrega de todo o poder aos Sovietes, a essência pequeno-burguesa dos SR e dos mencheviques evidentemente não mudaria: eles continuariam a vacilar, a suspirar pelos tempos velhos e a tender a um acordo com os elementos burgueses. Mas estas vacilações muito em breve evidenciariam-se e impor-se-ia a alternativa: burguesia ou povo.

Aliás, é sobremodo importante sublinhar que a palavra de ordem «Todo o Poder aos Sovietes!» não significava a criação de um Governo integrado pelos partidos maioritários então nos Sovietes. Não era equivalente a um apelo ao velho método de governo. Não equivalia a um apelo para que os partidos designassem os ministros a fim destes encabeçarem os velhos ministérios e as velhas instituições, respondendo perante o parlamento ou órgão semelhante. Mantendo o velho aparelho governamental, criado pelos

latifundiários e a burguesia para defender os seus interesses, por mais radicais que fossem as medidas dos ministros, elas acabariam por enredar-se nas ciladas burocráticas, acabariam por ser «desbastadas» por experientes funcionários, perdendo o seu carácter radical.

O velho aparelho de Estado, sobretudo os seus órgãos punitivos, opressores e de comando — a polícia, os tribunais, o exército — devia ser destruído e substituído pelos Sovietes. Os Sovietes e só eles deveriam dirigir o país — o povo, neles agrupado e representado, passaria assim a dirigir o Estado.

Até então, os marxistas consideravam que a república parlamentar era forma política adequada à transição para o socialismo. Mas, com base na experiência da Comuna de Paris, na actividade dos Sovietes durante a primeira revolução russa e sobretudo após a revolução de Fevereiro, V. I. Lénine concluiu que os Sovietes eram a melhor forma de organização da sociedade assente em bases socialistas.

A conclusão de Lénine constituía um desenvolvimento do marxismo.

No que respeita à política agrária do Partido, ele insistia na confiscação sem indemnizações das terras dos latifundiários e na nacionalização de toda a terra. Lénine propunha, porém, que se tivesse em conta a diferenciação de classes no campo, colocando o acento tónico na criação de Sovietes de assalariados agrícolas. Das grandes explorações (de 100 a 300 hectares), propunha-se criar unidades agrícolas-modelo sob a direcção dos Sovietes de deputados dos assalariados, em bases comunitárias. Lénine desenvolvia assim o seu próprio programa agrário nas novas condições. Entregar as terras aos camponeses era viável mesmo sem revolução mas dar a terra aos camponeses pobres e fornecer-lhes maquinaria — pois de mãos vazias não se pode trabalhar a terra — só a revolução socialista o permitia.

Na indústria, Lénine propunha a instauração do controlo dos Sovietes sobre a produção e a distribuição dos produtos e a fusão de todos os bancos num único banco de Estado. Todas estas medidas, em conjunto com a nacionalização da terra, não significavam ainda a criação das bases do socialismo no país, mas a sua dinâmica dava início à transição para o socialismo.

Lénine propôs o corte definitivo e completo com a II Internacional, que passara para o lado do imperialismo, dando-se início à criação de uma nova Internacional, liberta do oportunismo e do social-chauvinismo. Lénine considerou indispensável modificar a própria designação do Partido — em vez de social-democrata (dado que os líderes sociais-democratas haviam quase em toda a parte traído o socialismo) propôs que o Partido se passasse a chamar comunista, pois uma tal designação caracteriza com precisão o objectivo final do Partido — a construção da sociedade comunista.

Estas, portanto, em linhas gerais, as novas orientações e decisões do Partido bolchevique que mostram que o Partido se orientava para o socialismo. Elas constituíam no fundo todo um programa para o período da **transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.**

Todos os partidos burgueses e conciliadores receberam o programa dos bolcheviques na ponta das baionetas. Os jornais escreveram então que Lénine arvorara a bandeira da guerra civil, não tendo em conta os interesses do país no seu conjunto.

No seu ódio contra Lénine e contra o seu projecto de revolução socialista, a burguesia montou uma calúnia monstruosa, acusando Lénine de ligações

com o Estado-Maior alemão! As embaixadas das potências aliadas da Rússia apoiaram — se é que não organizaram mesmo — esta manobra. No dia da chegada de Lénine, 3 de Abril, a embaixada inglesa informava o ministério dos negócios estrangeiros da Rússia que Lénine era «um homem extremamente perigoso» e que teria muitos seguidores. A embaixada da França também avisou que Lénine chegaria através da Alemanha. E o ministério dos negócios estrangeiros não ficou surdo a estes avisos — o substituto de Miliukov decidiu publicar as indicações recebidas sobre a chegada de Lénine, embora sem citar a sua fonte, para não indicar quem ordenara uma campanha de calúnias contra o dirigente bolchevique.

Mas isto tudo não assustou os bolcheviques nem se reflectiu na sua decisão — armados com o programa claro e preciso apresentado por Lénine, os bolcheviques começaram a desenvolver um amplo trabalho de massas. A voz dos bolcheviques por toda a parte se fazia ouvir — nas empresas e nas fábricas, nos quartéis, nas filas para o pão, nas ruas. Em menos de 2 meses, o número de militantes crescera quase 3 vezes em comparação com o número que viera da clandestinidade. Este crescimento testemunha por si só como as ideias de Lénine eram rapidamente assimiladas pelos operários e os trabalhadores em geral.

«A europeização em marcha» — ou a coligação no poder

A coligação de diferentes partidos à frente do Estado era uma novidade para a Rússia. Até aí, a burguesia satisfizera-se com a sua presença à sombra da águia bicéfala imperial: o czarismo

defendia-a do ímpeto revolucionário das massas e com a sua mão forte abria para ela novos mercados além fronteiras. Claro que à medida que se ia fortalecendo no plano económico, a burguesia tendia a assumir directamente o poder, para não ter que dividir os seus lucros com as autoridades czaristas.

Tal situação era também desconhecida para os partidos da pequena burguesa — até a formação da coligação, ninguém permitira o seu acesso ao poder.

Mas o decurso da luta de classes obrigou o Governo burguês a adoptar uma nova combinação de poder — em Abril, a burguesia convenceu-se de que sozinha seria incapaz de resolver a situação. Estonteados com o inesperado salto político, os líderes dos partidos pequeno-burgueses esqueceram-se de que se apresentavam como socialistas e entraram no Governo burguês, que abertamente aplicava uma política contra-revolucionária. A história pregou-lhes uma amarga partida — na primeira revolução russa, os socialistas pequeno-burgueses recusaram-se a entrar no Governo revolucionário a pretexto da inadmissibilidade de se trabalhar com os representantes da burguesia; na segunda revolução, porém, não se envergonharam de entrar para o Governo contra-revolucionário... Não os importunou sequer o facto de que a burguesia, implorando embora ajuda, no fundo não desistira de recuperar o seu domínio — do Governo de coligação, 10 ministros eram dos partidos burgueses e apenas 6 eram dos partidos pequeno-burgueses...

Sem experiência própria, os partidos burgueses e pequeno-burgueses da Rússia apenas se podiam orientar pelos exemplos mais ricos do Ocidente, onde a formação de Governos com representantes de diferentes partidos era já prática consolidada desde 1848, ano em que o socialista pequeno-burguês Louis

Blanc entrou para o Governo burguês da França. Aliás, os próprios socialistas ocidentais compartilhavam de boa vontade a sua experiência... Uma após outra, visitaram a Rússia delegações da França, Inglaterra e Estados Unidos, em que dominavam os elementos socialistas pequeno-burgueses. Em uníssono, afirmavam, aconselhavam e convenciam os seus colegas russos a seguir o seu exemplo, organizando Governo de coligação.

As coligações, como o provavam já então os anos de prática capitalista, tinham, no fundamental, duas tarefas. Primeira — criar uma espécie de «cortina socialista», a coberto da qual se podia mais facilmente prosseguir uma política de conservação do capitalismo; criava-se assim uma espécie de barragem, destinada a conter o ímpeto revolucionário das massas, a acalmar o mar revolto da ira popular. Em segundo lugar, conseguir por mãos de outros aquilo que a própria burguesia não pôde conseguir. O Governo unipartidário anterior não conseguira convencer as massas a prosseguir a guerra — pelo contrário, a primeira tentativa nesse sentido quase se saldara pela perda do poder. Caberia agora aos partidos pequeno-burgueses tentar esse convencimento. O anterior Governo de partido único também não conseguira convencer os camponeses a esperarem pela resolução da questão agrária; cabia também agora aos ministros socialistas obter êxito junto das massas camponesas, a fim de as acalmar primeiro e, depois, retirar a questão da ordem do dia...

Os cálculos da burguesia e dos conselheiros estrangeiros pareciam realizar-se. Os socialistas pequeno-burgueses, literalmente como agradecimento pelo facto de os terem feito ministros, estavam decididos a manter o capitalismo...

Isto dizia respeito, antes de mais nada, à máquina

de Estado. A burguesia esforçava-se por conservá-la ao máximo. Manteve-se o Senado, onde o czarismo incluíra os seus adeptos mais fiéis. As decisões do Governo continuaram, como antes, a ser anunciadas pelo Senado. Manteve-se também a Duma de Estado, eleita ainda de acordo com as leis czaristas e onde era mínima a representação popular. Como se isso fosse pouco, nas reuniões da Duma de Estado participavam, com frequência, deputados de todas as legislaturas e a Duma intervinha (naturalmente a favor da burguesia) na solução de questões do Estado. Em tais reuniões, intervinham abertamente os elementos monárquicos, exigindo «medidas» decididas contra a revolução. Juntamente com os monárquicos e outros deputados da Duma de Estado intervinham também várias vezes os ministros «socialistas», ex-deputados, não para exigir a dissolução desde «meio-parlamento», mas pelo contrário, dando «legalidade» a esse órgão.

A monarquia fora derrubada, mas o Governo de coligação não se aventurava a proclamar a república. A questão da forma de Estado adiava-se até à Assembleia Constituinte, cuja data de convocação entretanto continuava por marcar. No Exército mantivera-se o velho corpo de generais. As leis czaristas, com raras excepções, mantinham-se intocáveis... Sobre a Rússia dessa altura se podia portanto afirmar que continuava a ser uma monarquia, ainda que sem monarca...

No interior do Governo de coligação, tal como noutras questões, na questão da guerra observa-se uma «divisão de trabalho» — os ministros socialistas falavam e os ministros burgueses agiam. Todos os discursos, intervenções e artigos dos socialistas pequeno-burgueses estavam cheios de apelos, conclusões, afirmações de que o carácter da guerra se

modificara, de que a guerra se travava agora não no interesse do czarismo, mas sim para «salvar a revolução». Os ministros — socialistas até chegaram a acordo com a palavra de ordem dos bolcheviques — nada de anexações nem indemnizações — adaptando-a embora aos interesses da burguesia: por ausência de anexações, eles entendiam a libertação dos povos dominados durante a guerra em curso e não em geral submetidos pelo imperialismo. Na frente, reorganizaram-se à pressa os diferentes órgãos, incluindo neles maioritariamente os socialistas pequeno-burgueses, encarregados, também aí, de conduzir campanha no sentido do convencer os soldados a prosseguir a guerra.

Sobre a questão da jornada de 8 horas, os ministros-socialistas também se mantiveram nas posições da burguesia, apelando para que os trabalhadores não insistissem na redução do tempo de trabalho.

O Governo de coligação apoiou ainda a exigência dos latifundiários e da burguesia no sentido de que o exame da questão agrária fosse adiado até à Assembleia Constituinte. O campesinato acreditava cada vez menos nesta proposta, passando a resolver o problema com os seus próprios meios. Em resposta, intensificou-se a repressão do Governo, pela qual respondiam inteiramente os ministros socialistas, que davam uma cobertura «socializante» à repressão.

No que respeita à questão nacional, o Governo de coligação não só se pronunciava contra a autodeterminação das nações, como também se insurgia energicamente contra o alargamento de seus direitos no domínio da edificação nacional em geral, isto é, contra o direito de eleger os seus dirigentes próprios, de ministrar as aulas em língua materna nas escolas, etc. A coligação conservava, na essência, a «prisão

dos povos» czarista, só lhe tendo mofificado um pouco a cor.

Toda essa actividade, ou melhor, falta de actividade, não era senão o autodesmascaramento do Governo em geral e dos seus ministros-socialistas. As largas massas populares percebiam, com o seu instinto de classe, que os seus interesses estavam votados ao esquecimento e que os «senhores provisórios dos seus pensamentos» — os líderes SR e mencheviques — se afastavam cada vez mais dos trabalhadores. O instinto espontâneo das massas traduziu-se em acções conscientes — eles passaram a revogar dos Sovietes os deputados que não justificavam as esperanças neles depositadas, substituindo-os por deputados bolcheviques. O processo de reeleição dos deputados ganhou ritmos particularmente rápidos em Petrogrado.

Os bolcheviques sempre partiram do facto de que a tarefa fundamental do partido consistia em defender os interesses do proletariado, de todos os trabalhadores e explorados. Derrubada a autocracia, o poder ficara, de facto, nas mãos dos burgueses e grandes agrários. Contra eles se dirigia, agora, o principal golpe das forças revolucionárias.

Segunda crise do poder: os operários e a guarnição da capital estão do lado dos bolcheviques

A burguesia nutria esperanças de organizar a ofensiva do exército russo na frente da batalha. Exigiam-no insistentemente as potências aliadas, que forneciam à Rússia armamentos e a ajudavam com recursos financeiros. A burguesia en-

ПРАВДА
ОРГАНЪ

Na sequência da vitória da Revolução de Fevereiro, o Partido bolchevique saiu da ilegalidade e, pela primeira vez, pôde actuar livremente. A 5 de Março de 1917 voltou a circular o jornal «Pravda» — órgão central do Partido, fechado nas vésperas da guerra mundial imperialista «para sempre», conforme supunham os sátrapas czaristas.

carava essa ofensiva como saída para a situação crítica existente — tivesse êxito ou falhasse. O êxito da ofensiva conduziria à consolidação do poder da burguesia, à elevação do seu prestígio no exército; se a ofensiva falhasse, poder-se-ia atribuir a culpa aos inimigos da guerra, ou seja, aos bolcheviques. Em ambos os casos, eles contavam, com a ajuda da guerra, matar a revolução. Toda a burguesia e a imprensa pequeno-burguesa apelavam, em uníssono, para o reinício das acções bélicas. Enquanto os «persuasores em chefe», como o povo chamava aos ministros-socialistas, se desfaziam em discursos, ameaças e apelos, o comando do exército desarmava

os regimentos, que eram, na sua opinião, instáveis; prendia e processava os agitadores bolcheviques ou seus simpatizantes por eles se pronunciarem contra a continuação da guerra; revia os planos da operação de guerra a ser realizada.

A burguesia compreendia que apenas pela força não conseguiria obrigar os soldados a continuar a guerra. Alexandre Kerenski, nomeado ministro da guerra, tinha preparado de antemão a ordem de ofensiva sem ter marcado, no entanto, o dia do seu início. Ele aspirava a que essa sua decisão fosse aprovada pelo I Congresso dos Sovietes da Rússia, reunido a 3 de Junho.

Assistiram ao Congresso mais de 1000 delegados, incluindo 105 bolcheviques. Cerca de 400 Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses enviaram os seus delegados ao Congresso. Bastava uma simples decisão do Congresso para que todo o poder passasse para as mãos dos Sovietes. Era o que propunham os bolcheviques. Mas os líderes dos partidos conformistas opunham uma resistência tenaz a tal eventualidade, afirmando que era impossível governar o país sem a burguesia. Um ministro-socialista, menchevique, afirmava não haver no país um partido capaz de assumir, por si só, a gestão do Estado.

«Esse partido existe!» — replicou Vladímir Lénine, delegado ao Congresso. Usando da palavra, Lénine disse que os bolcheviques, se neles fosse depositada confiança, estavam dispostos a assumir o poder, expondo o programa do Partido por eles propagado entre as massas populares. Ao fazer uso da palavra pela segunda vez, Lénine abordou a questão da guerra, desmascarando os desígnios da burguesia e pronunciando-se categoricamente contra a ofensiva a ser lançada na frente de combate.

Uns a seguir aos outros, intervieram contra Lénine os líderes dos partidos conformistas, esquecendo-se de que a abundância de objecções se transforma no seu contrário: os delegados de base começaram a debruçar-se sobre as ideias de Lénine, contra as quais se pronunciavam de forma tão acalorada os seus líderes. Muitos socialistas-revolucionários e mencheviques, convencidos por Lénine, passaram, mal terminou o Congresso, para as posições bolcheviques.

No entanto, os conformistas conseguiram fazer aprovar uma resolução que dizia «sim» à coligação com a burguesia e reconhecia como justa a política aplicada pelo Governo Provisório.

Presentes, no Congresso, numerosas delegações de operários e soldados da capital, saudando os delegados, tentavam de forma acalorada e insistente convencer o Congresso a conformar-se com a entrega do poder aos Sovietes. Saltava à vista a discordância evidente entre as disposições das massas e as decisões do Congresso. Crescia a indignação. Faziam-se ouvir exigências de se sair para a rua em sinal de protesto. Era o que esperavam os líderes burgueses, contando utilizar as acções espontâneas para reprimir o movimento revolucionário em geral. Os bolcheviques resolveram transformar a crescente indignação das massas populares em manifestação pacífica organizada e demonstrar que as decisões do Congresso discordavam das disposições e esperanças dos trabalhadores da capital.

A manifestação foi marcada para o dia 10 de Junho. Os jornais referiram-se a ela. Também os delegados ao Congresso sabiam que ela iria ser realizada. Os operários nas fábricas e os soldados nos regimentos da guarnição preparavam dísticos e bandeiras.

No entanto, na noite de 9 de Junho, literalmente várias horas antes do início da manifestação, os líderes dos partidos conformistas exigiram que a manifestação não se realizasse. Eles tentavam provar que os bolcheviques estariam a tramar uma «conspiração» nas costas do Congresso, para tomar conta do poder. Na realidade, porém, nenhuma organização dos bolcheviques, nenhum grupo bolchevique propunha que se tomasse o poder. Não eram os bolcheviques que preparavam a conspiração, mas sim a burguesia e os líderes conformistas que exigiam abertamente que os bolcheviques fossem desarmados e dissolvidos os destacamentos da Guarda Vermelha criados nas fábricas e empresas a fim de defender a revolução. Numa ocasião em que os bolcheviques estavam ausentes, a comissão criada pelo Congresso, composta de representantes dos partidos pequeno-burgueses, deliberou proibir a manifestação.

Os bolcheviques acederam subordinar-se à decisão do Congresso. Durante toda a noite e madrugada de 10 de Junho, os membros do Comité Central e os militantes das organizações bolcheviques percorreram as fábricas e os regimentos convencendo os operários e soldados a absterem-se da manifestação. A 10 de Junho, nenhuma empresa, nenhuma unidade militar saiu para a rua em manifestação. Foi uma prova viva e convincente da influência dos bolcheviques da capital junto dos trabalhadores. Foi também uma demonstração da organização do Partido bolchevique.

Não confiando nos bolcheviques, os líderes do Congresso dos Sovietes criaram várias dezenas de grupos especiais incumbidos de visitar os regimentos e empresas da capital para verificar se se cumpria a decisão sobre a proibição da manifestação. Mais de duzentos delegados (de cada grupo faziam parte dez e

mais delegados) visitaram as empresas e regimentos e viram, para seu espanto, que os bolcheviques já os tinham visitado e conseguido que se acatassem as decisões do Congresso. Mas os representantes desses grupos não só se convenceram da atitude leal dos bolcheviques relativamente à decisão do Congresso, como também tomaram conhecimento da disposição real das massas: em toda a parte ouviram os trabalhadores expressarem o seu descontentamento com as decisões conformistas do Congresso e insistirem na entrega do poder aos Sovietes. Temendo perder por completo a sua influência junto das massas, o Presidium do Congresso resolveu organizar a manifestação, mas sob a sua própria direcção.

A 18 de Junho realizou-se finalmente a manifestação. Para a rua saíram cerca de 500 mil pessoas. A maioria esmagadora dos manifestantes marchava sob a palavra de ordem bolchevique: «Todo o Poder aos Sovietes!». Sob a palavra de ordem de «Confiança no Governo» marchava um pequeno grupo de delegados e os conformistas que a eles aderiam. Mesmo o órgão oficial «Notícias do Soviete de Petrogrado», nas mãos dos conformistas, reconhecia que a maioria dos manifestantes haviam seguido as palavras de ordem bolcheviques.

Manifestações semelhantes tiveram igualmente lugar em Moscovo, Minsk, Kíev, Riga, Krasnoiarsk e outras cidades. Menos concorridas embora do que a da capital, realizaram-se também sob as palavras de ordem bolcheviques.

As manifestações de Junho originaram a segunda crise do poder. Largas massas convenceram-se, por experiência própria, que o Governo de coligação não conseguia gerir o país no sentido por elas desejado. Não resolvia uma única questão de importância vital — os problemas da guerra, da terra, da liquidação da fome, a necessidade de pôr freio à acção rapinante da burguesia.

Foi desmascarada igualmente a tentativa dos conformistas de aplicarem uma «terceira» linha, expressa na posição — nem burguesia, nem proletariado. Numa luta de classes encarniçada, não pode haver «terceira» linha: os socialistas-revolucionários e os mencheviques não queriam reconhecer e apoiar o proletariado e o seu partido e resvalavam — passo a passo — para as posições da burguesia. O período da sua influência sobre as massas chegava ao fim.

Os acontecimentos de Junho confirmaram convincentemente a justeza da política dos bolcheviques. Os trabalhadores da capital reuniram-se em torno do Partido dos bolcheviques, marcando a vitória inevitável da sua direcção em todo o país.

Terceira crise política: a conquista pela burguesia de todo o poder

Não foi por acaso que o dia 18 de Junho foi marcado como data da manifestação: nesse dia devia começar a ofensiva na frente de combate. Os conformistas queriam, organizando a manifestação em nome do Congresso e servindo-se das suas decisões, consagrar o plano criminoso da reacção de reprimir a revolução através da guerra.

A coligação governante escreveu e falou muito sobre a ofensiva em preparação. Para persuadir os soldados, organizaram-se comícios e assembleias sem fim, que os cansavam. Quanto à preparação técnico-militar, não se lhe prestava atenção suficiente. Praticamente, o comando do exército utilizou o velho plano de ofensiva, plano esse que o inimigo conhecia pelos seus espiões, havia muito. Para rechaçar a

ofensiva, o inimigo deslocou para a frente novas reservas. Foram os exércitos russos da Frente Sud-oeste que iniciaram a ofensiva. Em 18 de Junho, 300 000 soldados romperam as posições do inimigo numa frente de 70 quilómetros. Mas o inimigo, melhor armado e preparado de antemão, passou à contra-ofensiva, reduzindo a nada os êxitos do exército russo.

É importante sublinhar que o comando lançava ao combate as divisões em que era forte a influência dos bolcheviques, facto que confirma uma vez mais o principal objectivo da ofensiva em questão: esmagar a revolução, sobretudo a sua força fundamental — os bolcheviques. O principal órgão dos democratas--constitucionalistas — o jornal «Retch» — escreveu cínica e abertamente: «Dificilmente se pode duvidar de que a ofensiva desferirá no inimigo interno — o bolchevismo — um golpe não menos duro do que o desferido no inimigo externo».

Chegadas as primeiras informações sobre o fracasso da ofensiva na frente de batalha, a burguesia procedeu à realização do seu plano elaborado especialmente para esse caso. Como que obedecendo a uma combinação anterior, os democratas-constitucionalistas anunciaram que se retiravam do Governo. O seu plano consistia em deixar no poder apenas os ministros-socialistas. Sabendo que os conformistas temem, mais do que qualquer outra coisa, assumir a responsabilidade da direcção do Estado e que não desejariam permanecer, a sós, no poder, a burguesia esperava que os seus representantes voltariam a entrar para o Governo e isso, claro está, depois de fazer com que os conformistas aceitassem as suas condições: concentração de todo o poder nas mãos do Governo; afastamento dos Sovietes da gestão dos

assuntos do Estado e, aspecto fundamental, repressão contra os bolcheviques.

Em Julho, a situação no país mudou bruscamente. No período do Governo de coligação, aumentou a ruína económica. Faltavam géneros alimentícios. Subiram os preços dos géneros e dos artigos de amplo consumo. A alta de preços ultrapassava de longe o aumento dos salários. Sobre o país pairava a ameaça de fome. O dinheiro não deixava de se desvalorizar. Dos prelos começaram a sair notas de banco em grandes folhas que deviam ser recortados em notas de 20 e 40 rublos! O povo chamou a essas notas «kerenki», ligando-as ao nome do primeiro-ministro Kerenski. O fundamental, porém, era que a guerra continuava, apesar das promessas de lhe pôr fim, guerra essa que exigia novos sacrifícios e fazia crescer os tormentos do povo.

O aumento das dificuldades e a descida catastrófica do nível de vida contribuíram para a elevação da consciência política do povo — em período de revolução, essa consciência eleva-se imenso. A notícia sobre a saída dos democratas-constitucionalistas do Governo espalhou-se rapidamente pela capital. «Os democratas-constitucionalistas voltam a embrulhar as coisas» — diziam os participantes nos comícios que se organizavam de forma espontânea nas fábricas e nos regimentos da guarnição.

Na noite de 2 de Julho, no Primeiro Regimento de metralhadores realizou-se um comício com a participação dos operários e soldados que acabavam de regressar das frentes de combate. O comício decorreu de forma muito agitada. Os soldados subiam à tribuna e apelavam para derrubar o Governo e para entregar todo o poder aos Sovietes. Os participantes aplaudiam os oradores; soavam palavras de ordem: «Abaixo os Ministros Capitalistas!» A custo os bol-

cheviques conseguiram acalmar os soldados. Foi aprovada uma resolução bolchevique protestando contra a política do Governo Provisório. No entanto, a resolução não satisfez os soldados agitados. Durante toda a noite, nos quartéis efectuaram-se assem-

Por toda a Rússia rolou uma onda de manifestações concorridas contra o Governo Provisório burguês, que anunciara a sua disposição de prosseguir na guerra «até ao fim vitorioso». A 18 de Junho de 1917, em Petrogrado, meio milhão de operários e soldados desfilaram pelas ruas sob as palavras de ordem bolcheviques: «Abaixo a Guerra!», «Todo o Poder aos Sovietes!», «Abaixo os Ministros Capitalistas!».

bleias, discussões acaloradas. Os oradores apelavam para o derrube do Governo.

Na manhã de 3 de Julho, todo o regimento se reuniu novamente num comício. Decidiu-se apelar para todos os regimentos da guarnição e os operários da capital para que interviessem contra o Governo. Foram enviadas várias delegações para os regimentos e fábricas. Uma outra delegação dirigiu-se para Kronstadt.

Os bolcheviques eram contra a acção. Uma sublevação, não contando com o apoio de todo o país e de todo o exército, seria uma aventura. O Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, que havia pouco tinha

As manifestações de massas de 3 a 4 de Julho foram a última tentativa de induzir os Sovietes a tomarem o poder. A contra-revolução reprimiu os manifestantes a ferro e fogo.

encerrado os seus trabalhos, mostrou que a maioria dos trabalhadores e o exército não confiavam nos conformistas. O Comité Central do Partido bolchevique resolveu convencer as massas a não participarem na acção prematura. Os representantes dos bolcheviques visitaram os regimentos e as fábricas. Os soldados e operários ouviam-nos, mas não estavam de acordo: «Acreditamos em vós, mas já não temos paciência: a vida tornou-se insuportável».

Os bolcheviques compreederam que era impossível fazer com que as massas se abstivessem da acção e decidiram encabeçá-la, transformando-a em manifestação pacífica, organizada sob a palavra de ordem de «Todo o Poder aos Sovietes!»

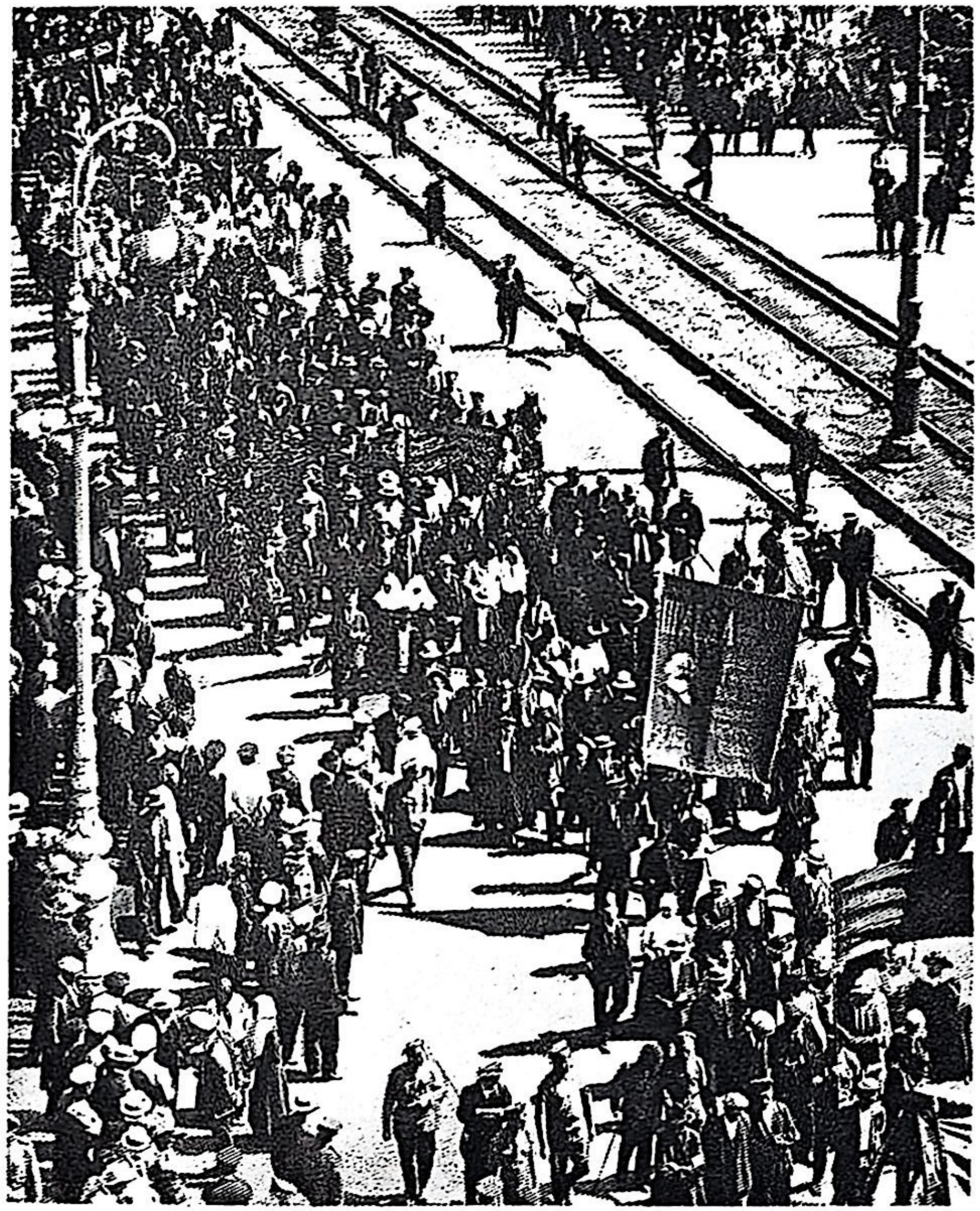
V. I. Lénine, doente, não estava na capital: mas, ao saber dos acontecimentos em Petrogrado, dirigiu-se à cidade, aprovando a decisão do Comité Central dos bolcheviques.

Dia 4 de Julho, de manhã, começou a manifestação em que tomaram parte mais de 500 mil pessoas. Os manifestantes enviaram 90 representantes seus para o Comité Executivo Central dos Sovietes exigindo que todo o poder passasse para as mãos dos Sovietes. Mas os SR e mencheviques chegaram a acordo com o Governo no sentido de reprimir a manifestação. Foi dada ordem de retirar da frente de combate as tropas fiéis ao Governo Provisório. Em alguns bairros da cidade, os cadetes de escolas militares e os cossacos metralharam os manifestantes.

As tropas, em conjunto com os cossacos e cadetes, procederam a repressões. Na capital foi proclamado o estado de sítio. Começou-se a prender os líderes bolcheviques. Os cossacos destruíram a tipografia em que se imprimia o jornal dos bolcheviques — o «Pravda». Foi destruído igualmente o edifício, sede do

Comité Central dos bolcheviques. O Governo mandou dissolver os regimentos que tinham participado na manifestação de 3 e 4 de Julho.

Justamente depois dos acontecimentos de Julho de 1917, a maioria do povo trabalhador começou a apoiar os bolcheviques, que aplicavam sistematicamente a linha com vista à revolução socialista. A situação política no país deteriorou-se.



Também o exército em geral se tornou alvo da repressão. Introduziu-se na frente de combate a pena de morte. Foram dissolvidos os regimentos e até divisões em que, na opinião do comando, era forte a influência bolchevique. Em Petrogrado, as autoridades mandaram prender V. I. Lénine. Para justificar esta decisão, publicaram-se os depoimentos dum provocador no sentido de que o guia dos bolcheviques teria estado ligado ao Estado-maior general da Alemanha e actuaria por indicação deste. Lénine viu-se obrigado a passar à clandestinidade.

A burguesia soube apreciar correctamente a política dos conformistas: os líderes dos SR e mencheviques aceitaram as condições impostas pela burguesia e passaram para o campo da contra-revolução. Os SR e mencheviques cumpriram igualmente a exigência de que os Sovietes fossem afastados do poder — ainda não dissolveram os Sovietes, como o exigiam os democratas-constitucionalistas, mas transformaram-nos em apêndice do Governo da contra-revolução. O novo Governo chamava-se, tal como antes, Governo de coligação — dos seus 15 membros, 7 eram socialistas-revolucionários e mencheviques, mas na realidade era um Governo unido contra-revolucionário: na coligação anterior, a burguesia governava com a ajuda dos partidos da pequena burguesia; na nova coligação, ela governava em conjunto com os líderes dos socialistas-revolucionários e mencheviques. Toda a plenitude do poder passou para as mãos da burguesia. A dualidade de poderes terminara.

III. Assalto ao Governo da contra-revolução

A burguesia desencadeia a guerra civil

Tendo tomado conta do poder, a burguesia colocou-se a tarefa de liquidar as conquistas da revolução. Os capitalistas não só se recusaram categoricamente a introduzir o dia de trabalho de 8 horas, como ainda passaram a reduzir o salário, já insuficiente para a subsistência. Eles organizaram «lock-outs» em ramos inteiros de indústria. Aumentava rapidamente o número de desempregados. A situação do proletariado piorou muito.

No campo, os grandes agrários começaram a erguer, de novo, a cabeça. Com a ajuda de comandos especiais de soldados, eles arrancavam aos camponeses terras anteriormente baldias (mas que os camponeses tinham amanhado e semeado) e aumentaram o arrendamento pago pela terra. Foram presos muitos membros dos comités agrários.

Os conflitos nacionais sucediam-se; houve a disputa com os ucranianos, impedidos de criar os seus órgãos nacionais de gestão, proibiu-se o parlamento finlandês, etc. . .

A burguesia, como o demonstra a experiência histórica, sempre dirigiu servindo-se da política «do chicote e da broa»: lançando uma ofensiva raivosa sobre os direitos do povo, ela encobria os seus

verdadeiros objectivos com várias cedências. O Governo prometeu convocar a Assembleia Constituinte e até marcou o dia da convocação — 17 de Setembro; aprovou a lei sobre a interdição da comercialização da terra; tendo em linha de conta as exigências gerais de que se estabelecesse o controlo operário sobre a indústria, o Governo organizou até o Conselho Económico Especial e o Comité Económico Central, para regularem a produção. No entanto, todas estas cedências não passavam de projectos em papel, que não melhoravam em absoluto a difícil situação das massas.

Lançando ataques contra os trabalhadores, a burguesia, contudo, não levou em consideração a força de resistência das massas, nem a sua consciência política acrescida e a sua organização. Falharam igualmente os cálculos da burguesia quando da avaliação dos bolcheviques: a burguesia considerava que o Partido, posto fora da lei, tinha sido derrotado, tinha perdido o seu prestígio e os seus laços com as massas.

O Partido dos bolcheviques nunca conheceu um refluxo tão grande das suas fileiras como o que se deu nas fileiras dos socialistas-revolucionários e mencheviques ou dos outros partidos políticos, quando das falhas ou derrotas. Pelo contrário, mesmo no período de maior repressão, aderiram ao Partido novos militantes operários, convencidos da justeza da sua política e da sua fidelidade ao proletariado. Nisso se traduzia o carácter de partido de novo tipo, a selecção de classe minuciosa quando da admissão de novos militantes no Partido, a elevada disciplina e organização. Quando na prisão os bolcheviques conservavam não apenas a sua confiança na vitória do proletariado, mas também a sua organização. Por exemplo, nas masmorras de Minsk, estavam perto de

dois mil bolcheviques. Quando se iniciou o levantamento de Outubro, eles abandonaram a prisão formando um regimento organizado e tomaram parte nos combates revolucionários. Na cidade de Dvinsk, foram metidos na prisão centenas de soldados, membros dos comités de unidade militares prendidos após os acontecimentos de Julho. Transferido mais tarde para a prisão Butírskaia, em Moscovo, nos dias de Outubro, esse «grupo de Dvinsk» constituiu a parte de combate mais activa no levantamento em Moscovo. Aguerridos pelas provações que lhes couberam após os acontecimentos de Julho, os bolcheviques souberam conservar as suas forças, os seus laços com as massas, ajudando-as a resistir aos ataques da burguesia.

A nova situação no país requeria uma nova táctica. O VI Congresso do Partido dos bolcheviques, efectuado em Petrogrado de 26 de Julho a 3 de Agosto de 1917, ocupou-se da elaboração dessa táctica. O Congresso realizou os seus trabalhos de forma semiclandestina. V. I. Lenine não assistiu ao Congresso, mas foi ele que o dirigiu de facto, redigindo decisões e projectos de resolução. Estiveram presentes no Congresso os representantes de mais de 160 organizações, que contavam com 240 mil membros. Em três meses, (após a Conferência de Abril), o número dos bolcheviques triplicara. Mais de 60% de membros do Partido eram operários. Em Petrogrado, havia 41 mil comunistas; em Moscovo, 50 mil; nos Urais, 25 mil; na bacia carbonífera do Donets, 16 mil; no Báltico, 14 mil; na região do rio Volga, 13 mil e no distrito de Kíev — 10 mil.

A principal questão debatida no Congresso foi a da táctica. Na resolução do Congresso sublinhou-se que a dualidade de poderes no país havia terminado e que todo o poder havia passado para as mãos da

burguesia. Os socialistas-revolucionários e mencheviques passaram para o campo da burguesia e começaram a lutar, em conjunto com ela, contra a revolução. Nessas condições, a palavra de ordem dos bolcheviques — «Todo o Poder aos Sovietes!», lançada no período de desenvolvimento pacífico da revolução, já não correspondia aos interesses do povo nem às tarefas da revolução. Mas o facto de essa palavra de ordem ser retirada não significava que os bolcheviques renunciavam aos Sovietes como nova forma de poder estatal. O que acontecia era que os Sovietes, na composição que tinham, dirigidos pelos mencheviques e socialistas-revolucionários (que tinham manchado as suas mãos com o sangue do povo), não podiam ser órgãos do poder popular.

O Partido dos bolcheviques adoptou a linha de sublevação armada, considerando ser esse o único meio do poder passar para as mãos dos trabalhadores. V. I. Lénine escreveu na altura: «Quaisquer esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução russa desapareceram por completo. A situação objectiva é esta: ou a vitória final da ditadura militar ou a vitória do levantamento armado dos operários, que só é possível se o levantamento coincidir com um profundo ascenso de massas contra o Governo e contra a burguesia por causa da ruína económica e da continuação da guerra».[1]

O triunfo da burquesia, motivado pela tomada do poder e passagem dos partidos pequeno-burgueses para o seu lado, não durou muito tempo. O Governo convencia-se a cada passo de que a revolução não se encontrava esmagada. A guerra continuava a devorar todos os recursos. A população passava fome. Os sectores governamentais inclinavam-se cada vez mais

[1] V. I. Lénine. OC, vol. 34, pág. 2.

para a ideia de instauração de uma ditadura militar. «O país procurava um nome» — assim definiu o estado de ânimo das classes dominantes o general Deníkin, uma das personalidades mais activas da contra-revolução. A fórmula do general só sofria de um defeito: não era o país, mais sim a contra-revolução que procurava um ditador. Primeiro, a esse papel pretendera Kerenski. Ele servira diligentemente a burguesia, reprimira com zelo os participantes nos acontecimentos de Julho; à instância dos generais, introduzira a pena de morte na frente de combate. Mas a burguesia não lhe podia perdoar a sua ligação com os socialistas-revolucionários, as suas oscilações, preferindo-lhe um «homem de sabre»: o general Kornílov; a burguesia começou a preparar o general, tendo-o nomeado, primeiro, comandante-em-chefe supremo. A «coroação» do ditador devia realizar-se na Conferência de Estado convocada especialmente com esse fim para 12 de Agosto, em Moscovo; na conferência deviam participar representantes de todos os sectores possidentes da população.

A fim de conferir à Conferência de Estado um grande significado político, o Governo Provisório, de acordo com os líderes dos socialistas-revolucionários e mencheviques, resolveu adiar as eleições para a Assembleia Constituinte por dois meses: de 17 de Setembro para 12 de Novembro.

Os bolcheviques foram impedidos de assistir à Conferência de Moscovo: o Comité Executivo Central não queria que os bolcheviques interviessem contra. O Comité Central dos bolcheviques exortou o Partido a desmascarar o plano da burguesia; a organização bolchevique de Moscovo decidiu organizar uma greve de um dia em sinal do protesto, sem organizar uma manifestação, posto que esta podia

ser metralhada pela contra-revolução, como acontecera em Julho.

No dia de inauguração da Conferência, eclodiu a greve. Mais de 400 mil pessoas tomaram parte nela. Fizeram greve todos os grupos de operários: os metalúrgicos, os operários das indústrias têxtil, química e alimentar. Pararam os eléctricos. Declararam greve os empregados de mesa. Os delegados à Conferência de Estado não só se viram obrigados a deslocar-se a pé (embora as autoridades de Moscovo lhes tivessem concedido bilhetes de passagem gratuitos) como ficaram sem almoços e jantares, embora lhes tivessem prometido banquetes.

A greve geral de Moscovo frustrou a «coroação» do ditador. O general Kornílov chegou a Moscovo e foi acolhido com solenidades. Mas, enfurecido pela acção dos operários, abandonou a cidade antes de a conferência ter terminado.

Cega de ódio, a contra-revolução continuava a preparar, com insistência, o golpe de força. O general Kornílov e o seu estado-maior elaboravam o plano de motim do quartel-general. Propunham-se enviar para Petrogrado um corpo de cavalaria, do qual faziam parte as unidades cossacas e a chamada «divisão selvagem», composta por representantes dos povos do Cáucaso do Norte, que não falavam russo e confiavam cegamente nos seus oficiais. O corpo fora incumbido de esmagar o «levantamento bolchevique», que os agentes da contra-revolução deveriam provocar. Para além do corpo de cavalaria, foram preparadas unidades militares nas frentes de combate Norte e Oeste, situadas não longe da capital, bem como em Kíev, Moscovo e no rio Don. Planeava-se deslocar para Petrogrado todo um exército — mais de 10 divisões de infantaria e de cavalaria. E, depois de esmagar a sublevação a ser provocada na capital,

criar-se-ia um Governo de ditadura militar encabeçado pelo general Kornílov, para esmagar definitivamente a revolução em todo o país, dissolver os Sovietes e todas as organizações democráticas, pôr os bolcheviques fora da lei, fuzilar os seus dirigentes e restaurar a monarquia na Rússia.

Certo do êxito futuro do golpe e da aproximação do Corpo de Cavalaria da capital, Kornílov ordenou que todas as unidades para tal preparadas iniciassem o motim. Na noite de 26 para 27 de Agosto, Kornílov assinou o «Manifesto ao Povo Russo» declarando que tomava conta do poder.

Kerenski estava a par dos planos da contra-revolução e ajudava a sua concretização, esperançado de que o colocassem à frente do novo Governo. Mas, ao inteirar-se de que não seria nomeado primeiro-ministro e receando que a contra-revolução reprimisse não só os bolcheviques, mas também o seu partido e a ele próprio, decidiu abandonar o jogo e até apelou para se combater o «kornilovismo».

Foram os trabalhadores que começaram a combater a contra-revolução. A apelo dos bolcheviques, os operários de Petrogrado formaram rapidamente destacamentos da Guarda Vermelha, que avançaram de encontro às unidades contra-revolucionárias. Em todas as cidades por onde teriam que passar as tropas de Kornílov, criaram-se Comités Militares Revolucionários, formaram-se unidades revolucionárias. O motim foi derrotado logo de início. As massas revolucionárias obrigaram o Governo de Kerenski a prender o general Kornílov e seus mais próximos ajudantes. O general Krímov, comandante do Corpo de Cavalaria, suicidou-se, tendo reconhecido desta forma o fracasso total da contra-revolução.

Levando em consideração o ascenso do movimento de massas e a intervenção de muitos Sovietes

contra o general Kornílov, Vladímir Lénine propôs que os socialistas-revolucionários e mencheviques entregassem o poder aos Sovietes. Mas estes renunciaram a esta última possibilidade da passagem pacífica do poder para as mãos dos Sovietes.

A única saída para a situação existente era derrubar o Governo Provisório por meio da sublevação armada e instaurar a ditadura do proletariado. A 31 de Agosto, o Soviete de Petrogrado aprovou a resolução bolchevique sobre a necessidade de entregar o poder aos Sovietes. A 5 de Setembro, o Soviete de Moscovo apoiou a resolução dos bolcheviques. Aderiram a ela também muitos Sovietes locais. Em todo o país, começou a bolchevização dos Sovietes.

A revolução é não só inevitável, como necessária

O kornilovismo mudou bruscamente a situação geral no país. Tudo isso se reflectiu na modificação das formas de luta dos trabalhadores e massas oprimidas. Nalgumas localidades, os operários expulsavam os proprietários e assumiam a gestão das empresas. Nessas fábricas ocupadas pelos operários, surgiam comissões especiais de operários nas quias participavam com frequência os técnicos, comissões que organizavam a produção, conseguiam recursos e matérias-primas necessários, estabeleciam os vínculos com outras empresas.

Modificaram-se igualmente as formas de luta dos camponeses. Os camponeses pobres compreendiam que a vitória dos partidários de Kornílov conduziria à consolidação do poder dos latifundiários, o que poria fim a todas as esperanças de obter a terra. Alarmados com tal perspectiva, indignados com o

Governo que estimulava e apoiava os latifundiários e que não desejava, evidentemente, resolver a questão da terra, os camponeses passaram a ocupar cada vez mais frequentemente os latifúndios, expulsando os latifundiários e repartindo entre si as terras e a maquinaria.

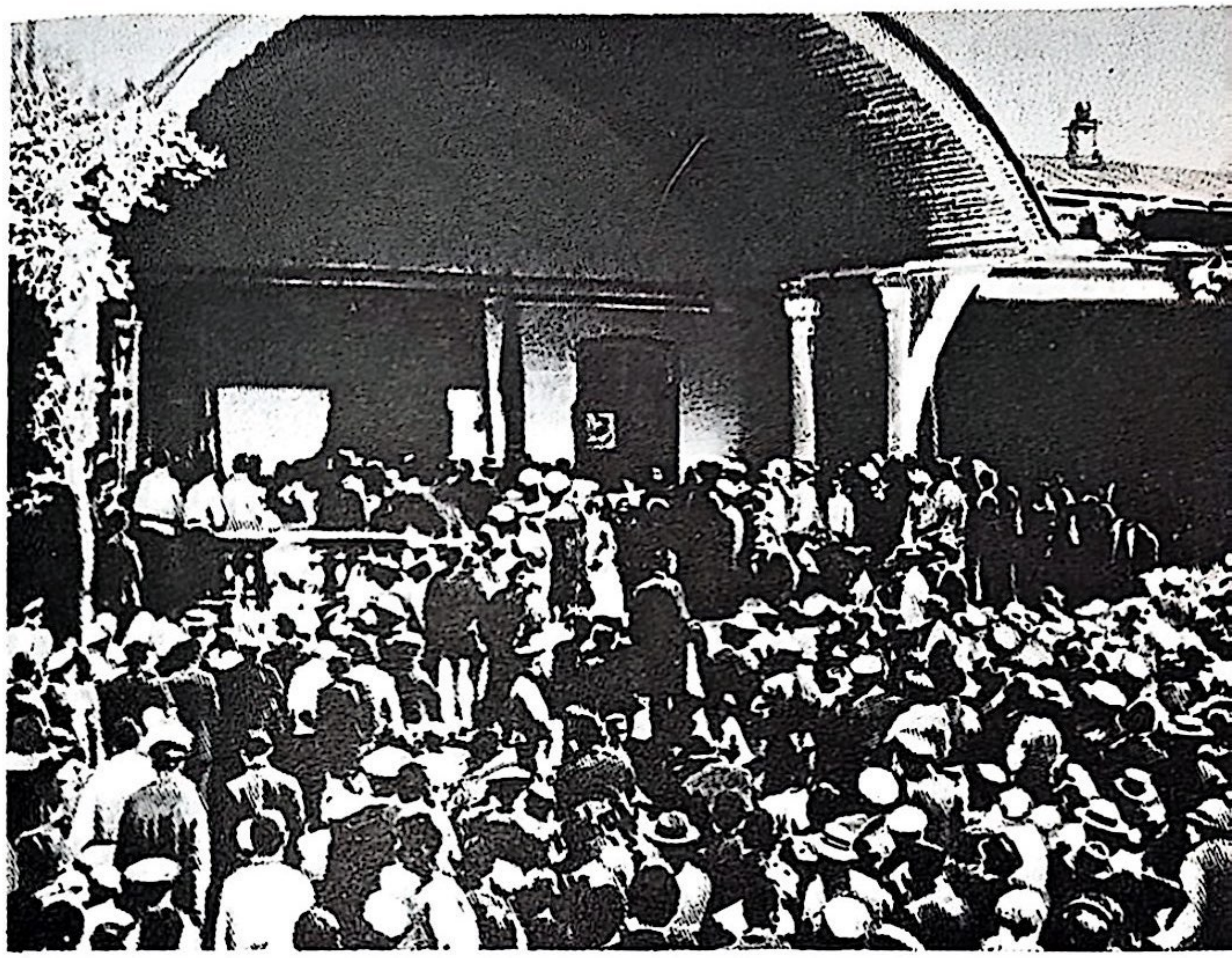
No exército, os soldados expulsavam os oficiais reaccionários e colocavam no seu lugar novos comandantes, dignos da sua confiança. Os soldados recusavam-se a continuar a guerra. Divisões inteiras abandonavam as suas trincheiras, amaldiçoando a guerra, de que estavam fartos até mais não poder.

Mudou também o carácter do movimento das nações oprimidas. Neste, manifestaram-se sempre duas tendências: a burguesa, na medida em que a burguesia nacional oprimida tentava libertar-se do domínio da nação opressora para poder explorar, ela própria, os trabalhadores sem ter que partilhar os lucros; e a tendência democrático-revolucionária, posto que os trabalhadores da nação oprimida lutavam contra a exploração exercida pela sua burguesia «própria» e pela burguesia da outra nação. Após o kornilovismo, a burguesia nacional, que anteriormente apoiava o Governo, foi progressivamente concluindo que o Governo da Rússia não sabia reprimir a revolução; cresceram as disposições separatistas; a burguesia nacional local tentava encontrar «protectores» estrangeiros para conservar o poder e combater a revolução. Por outro lado, intensificou-se o movimento democrático-revolucionário: os trabalhadores das regiões nacionais convenciam-se de que a solução dos problemas sociais e nacionais só era possível através da luta conjunta ao lado do movimento revolucionário à escala de toda a Rússia. A luta de libertação nacional entrou assim, qual poderosa torrente, no rio revolucionário geral.

Por toda a parte, o povo exigia uma república realmente democrática, paz e terra. Uma manifestação na Sibéria em Setembro...

A revolução estava a tornar-se não só inevitável, mas também indispensável. Não havia outra saída. Todos os partidos burgueses e pequeno-burgueses haviam provado na prática a sua incapacidade. O Partido bolchevique adoptou a linha da insurreição armada.

Na clandestinidade, V. I. Lénine acompanhava com grande atenção a situação no país. Nesses 110 dias de clandestinidade, ele escreveu mais de 60 artigos e cartas. Dentre essas obras, cabe um lugar de destaque ao livro «A Catástrofe Iminente e os Meios de a Conjurar». Era a plataforma do Partido que dava resposta a pergunta: como salvar o país da



... e um comício de soldados e trabalhadores uzbecos em Tachkent.

morte? Após traçar o quadro de miséria e fome das massas devido ao domínio da burguesia e dos grandes agrários, Lénine fundamentava as medidas revolucionárias que podiam conjurar a catástrofe: controlo operário sobre a produção, nacionalização dos bancos e trusts, a par da confiscação de latifúndios e da nacionalização de toda a terra.

O ponto de partida da plataforma, em vésperas da grande revolução proletária, era a ideia fundamental de Lénine sobre a possibilidade da vitória do socialismo num só país.

Entre os dias 12 e 14 de Setembro, V. I. Lénine escreveu duas cartas ao Comité Central e aos Comités de Partido de Petrogrado e de Moscovo;

nessas cartas, Lénine fazia um balanço da sua análise da situação respondendo com toda a clareza à pergunta: porque podiam e deviam os bolcheviques tomar conta do poder precisamente naquele período? A direcção dos dois Sovietes das capitais (Moscovo e Petrogrado) passou para as mãos dos bolcheviques, seguidos pelas massas populares. Os Sovietes poderiam proceder imediatamente à conclusão da paz democrática, confiscariam a terra, sem indemnização, aos latifundiários e entregá-la-iam aos camponeses. «Tendo recebido a maioria nos dois Sovietes de deputados operários e soldados das capitais — escreveu Lénine — os bolcheviques podem e *devem* tomar o poder nas suas mãos».[1]

Nas suas cartas, Lénine não marcou o dia da sublevação — essa questão devia solucioná-la o Comité Central, escolhendo o momento mais favorável; para já, o essencial era fazer com que todo o Partido tomasse consciência da necessidade do levantamento.

É preciso derrubar o Governo hoje, pois amanhã poderá ser tarde

Desde meados do mês de Setembro (quando Lénine apelou para a sublevação) haviam decorrido pouco mais de três semanas, mas a situação modificou-se consideravelmente.

O Governo Provisório, alegando que a Alemanha estava a concentrar as suas tropas contra Petrogrado, decidiu retirar a guarnição revolucionária da capital. O plano do Governo visava deixar os bolcheviques sem o apoio das unidades militares revolucionárias.

[1] V. I. Lénine. OC, vol. 34, pág. 239.

Por outro lado o Governo estava mesmo disposto a entregar Petrogrado revolucionária aos alemães.

Por sua vez, as autoridades alemãs estavam atemorizadas com a agitação revolucionária no seu próprio país, que se intensificava sob a influência dos acontecimentos revolucionários na Rússia. Receando o desenvolvimento da revolução na sua retaguarda, as autoridades alemãs não estariam contra a conclusão de uma paz separada com a Rússia, para combater, em conjunto com a burguesia russa, ainda no poder, a revolução.

Todas essas mudanças exigiam que se marcasse com urgência o dia da sublevação. A 3 de Outubro, chegou, incógnito, a Petrogrado, V. I. Lénine. No dia 10 de Outubro houve uma reunião do CC onde Lénine apresentou um relatório sobre a situação internacional e interna do país, concluindo que a insurreição era imprescindível. A maioria dos membros do CC votou a favor da resolução com respeito à insurreição imediata.

O Comité Central procedeu à criação do Estado-Maior da sublevação: foi criado o Comité Militar Revolucionário, anexo ao Soviete de Petrogrado; esse Comité tinha por objectivo assegurar a realização prática da sublevação.

Zinóviev e Kámenev que tinham votado contra a resolução, não se subordinaram à decisão do Comité Central e empreenderam um acto de traição declarada: redigiram uma carta para um jornal menchevique em que declaravam o seu desacordo com a decisão do Comité Central sobre a sublevação. Avisado assim pelos traidores, o Governo intensificou a adopção de medidas para reprimir a sublevação: da frente de combate, foram convocadas tropas fiéis ao Governo. Os líderes dos mencheviques e socialistas-revolucionários, por sua vez, tomaram as suas pró-

prias medidas: decidiram adiar a convocação do II Congresso dos Sovietes para o dia de 25 de Outubro e exigiram que suas organizações tomassem todas as medidas possíveis para assegurar a maioria no Congresso.

Nessas condições, a acção bolchevique corria o risco de ser derrotada; os bolcheviques adiaram a sublevação. Mas adiar não significava desistir. Os bolcheviques criaram destacamentos da Guarda Vermelha. Sondaram a disposição de ânimo dos regimentos da guarnição. O Comité Revolucionário Militar delegou os seus comissários para todas as unidades militares, tendo-os incumbido de unir e preparar a guarnição para a acção. Foi organizada uma propaganda política maciça nas fábricas e empresas, nas unidades da guarnição. Em vésperas da sublevação, a Guarda Vermelha da capital contava com mais de 20 mil operários. Os bolcheviques tinham apoio não só em Petrogrado e Moscovo. Em todo o país criavam-se e cresciam os destacamentos da Guarda Vermelha.

V. I. Lénine considerava que o centro de acção de todas as forças preparadas para a sublevação devia ser Petrogrado: aqui se encontrava o Governo, as suas instituições, aqui se encontrava o CC dos bolcheviques; aqui a acção revolucionária seria apoiada pelo destacamento mais firme, decidido e experiente da classe operária — o proletariado, pela marinha e guarnição revolucionárias.

Levando em consideração que não fora por acaso que os líderes dos socialistas-revolucionários e mencheviques haviam adiado a convocação do Congresso dos Sovietes para o dia de 25 de Outubro (eles queriam dificultar os planos dos bolcheviques e, por outro lado, conseguir a maioria não se detendo mesmo perante a falsificação dos resultados das eleições), Lénine insistiu em que a sublevação devia ter

lugar antes da convocação do Congresso. Além disso, os aliados temporários instáveis dos bolcheviques — os socialistas-revolucionários de esquerda — afirmando embora apoiarem os bolcheviques e promovendo mesmo os seus representantes para o Comité Revolucionário Militar do Soviete de Petrogrado, não romperam com os socialistas-revolucionários de direita que tinham traído a revolução. No decurso da preparação da sublevação verificou-se também que L. Trotski defendia o seu adiamento até que fosse realizado o Congresso dos Sovietes: este deveria, na sua opinião, solucionar a questão da entrega do poder aos Sovietes.

L. Trotski, tal como Zinóviev e Kámenev que o apoiavam, encobria a sua proposta com considerações «legalistas»: a decisão do Congresso sobre a tomada do poder seria legal; se o Governo não se subordinasse a essa decisão, então haveria de o obrigar a tal. Mas os «legalistas» não compreendiam ou não queriam compreender que a sua proposta de adiar a solução da questão do poder até à inauguração do Congresso dos Sovietes não só não levava em consideração eventuais oscilações dos aliados temporários e eventuais falsificações das eleições pelos socialistas-revolucionários e mencheviques, como daria a conhecer, de facto, ao inimigo o dia da sublevação.

V. I. Lénine insistia em que era necessário iniciar a sublevação antes do II Congresso dos Sovietes. Era preciso agir mais rápido do que o inimigo, informado pelos traidores e que esperava a sublevação no dia da inauguração do Congresso.

Por iniciativa de Lénine, o Comité Central iniciou a sublevação em 24 de Outubro, antes da inauguração do II Congresso dos Sovietes. Os destacamentos da Guarda Vermelha e as unidades da guarnição

destacadas para tal, ocuparam de forma planeada as instituições governamentais, assumiram a guarda das pontes do rio Nevá, assegurando assim a ligação dos bairros operários com o centro.

Os sublevados, não encontrando a mínima resistência, ocuparam as prisões, libertando os presos políticos. Os recém-libertados engrossavam imediatamente as fileiras dos sublevados. Foram ocupados os terminais ferroviários e formados destacamentos para rechaçar o eventual ataque das tropas contra-revolucionárias.

Não se declarou a greve geral, visto que não havia necessidade: as empresas e fábricas encontravam-se nas mãos dos operários. Nas empresas, os voluntários operários alistavam-se na Guarda Vermelha. À capital chegaram os marinheiros de Kronstadt, preparados para participarem na sublevação. Foram ocupados o Banco do Estado, o Correio Central e o Telégrafo e, nos bairros, as estações de correiros. Os sublevados ocuparam as redacções dos jornais burgueses.

Foi em vão que o Governo Provisório sobrecarregou Telégrafo. Da frente de combate, choviam telegramas prometendo o envio das unidades pedidas, mas não apareceu um único soldado.

Na noite de 24 de Outubro, o Comité Central chamou Lénine que se encontrava num apartamento secreto ao Palácio de Smolni. O guia do Partido, o inspirador e organizador da sublevação armada, colocou-se ao leme da revolução. Lénine insistia numa tomada tão rápida quanto possível do Palácio de Inverno e na prisão dos membros do Governo Provisório. «Não deixar, de modo algum, o poder nas mãos de Kerenski e Companhia até dia 25; de modo algum! Resolver o assunto hoje, à tarde ou à

noite»[1] — escreveu Lénine à noite de 24 de Outubro.

Na noite de 24 para 25 de Outubro, reuniu-se o Comité Central. Todas as notícias que vinham testemunhavam o êxito completo da insurreição. Debateu-se a questão da composição do novo Governo revolucionário. A reunião encarregou Lénine de pronunciar, no II Congresso dos Sovietes, os discursos sobre a paz e a terra, bem como de redigir a comunicação proclamando a vitória da insurreição e o derrube do Governo Provisório. Às 10 horas da manhã de 25 de Outubro, o apelo escrito por Lénine foi aprovado:

«Aos cidadãos da Rússia!

O Governo Provisório foi deposto. O poder de Estado passou para as mãos do Comité Militar Revolucionário, órgão do Soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, que encabeça o proletariado e a guarnição da capital.

A causa pela qual o povo lutou — proposta imediata de uma paz democrática, abolição da propriedade latifundiária da terra, controlo operário da produção, criação do Governo dos Sovietes — esta causa está assegurada.

Viva a revolução dos operários, soldados e camponeses!»[2]

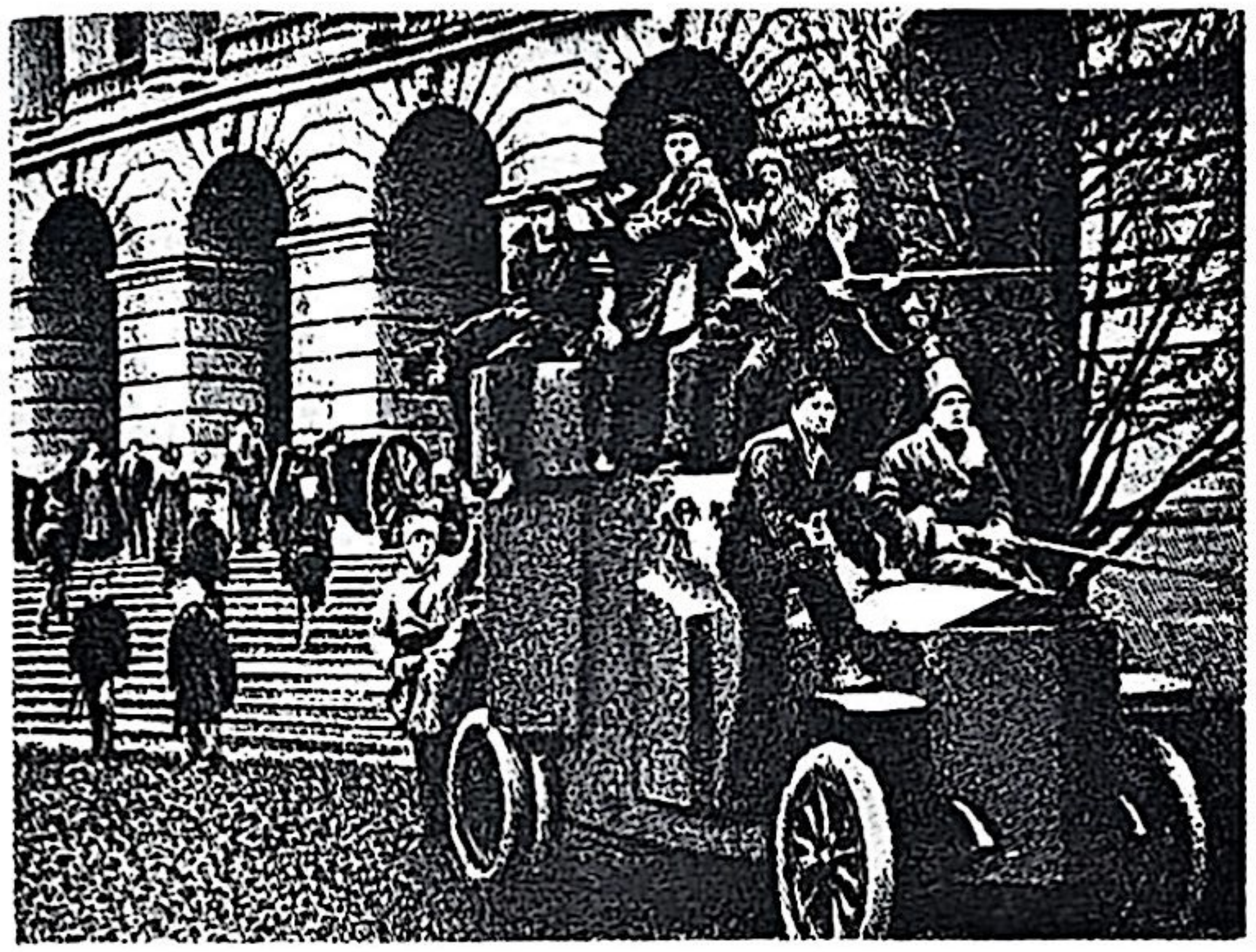
Dificilmente se pode encontrar na História exemplo comparável a este máximo laconismo anunciando a deposição do velho Governo, a transição do poder para a classe operária e o programa do novo Governo. A própria brevidade, como que dizia: basta de palavras e promessas que os Governos anteriores distribuíam com tanta abundância, chegou a hora de pôr mão à obra que o povo faminto e sofredor almeja.

---

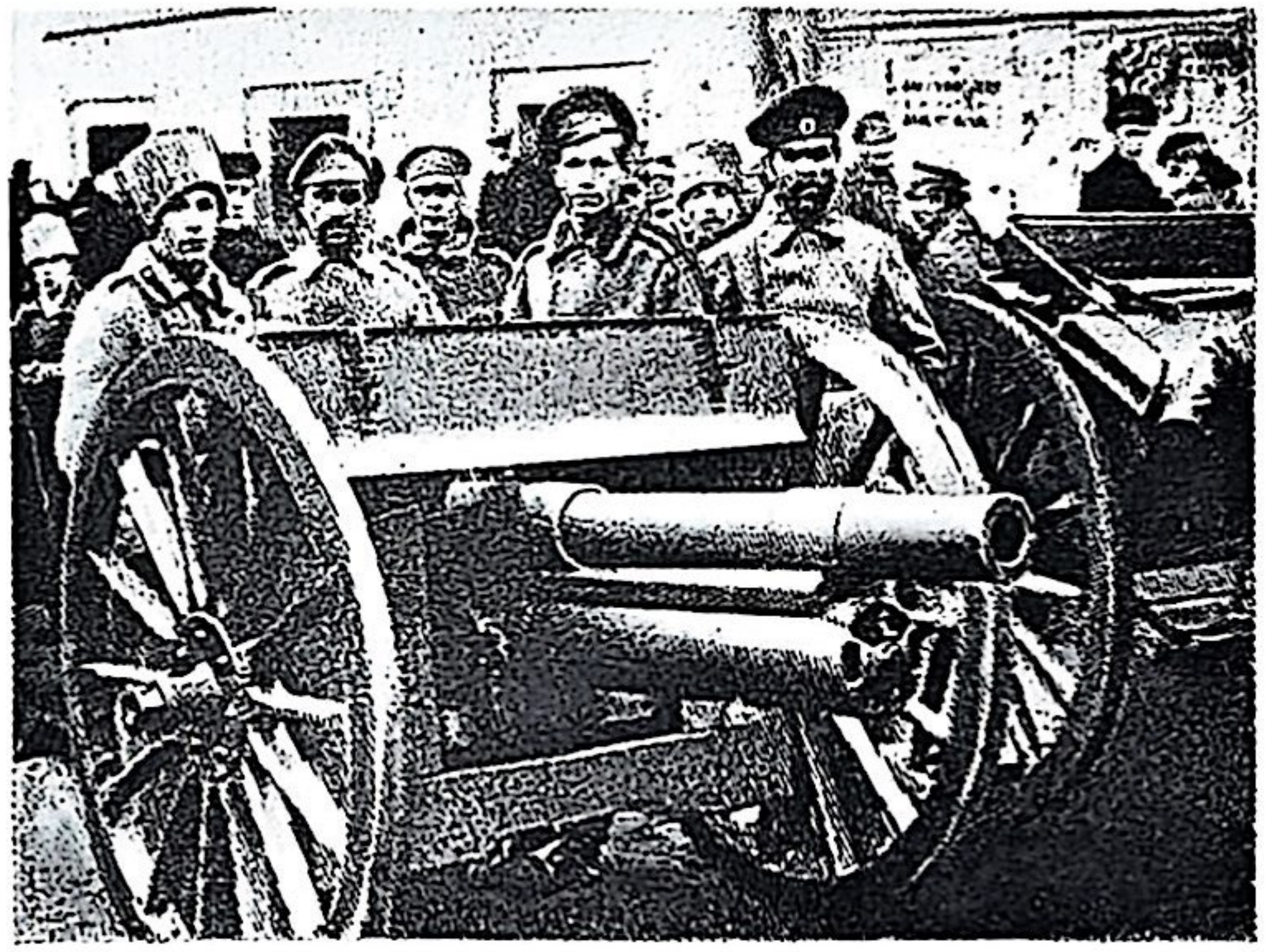
[1] V. I. Lénine. OC, vol. 34, pág. 436.
[2] V. I. Lénine. OC, vol. 35, pág. 1.

A 25 de Outubro, já noite avançada, o Comité Executivo Central da primeira convocação inaugurou o II Congresso dos Sovietes. Até ao início dos trabalhos, registaram-se 649 delegados, entre os quais 390, isto é, quase 60% do total, eram bolcheviques. Por parte dos SR, que no dia do registo dos delegados ainda constituíam uma fracção única, inscreveram-se 160 delegados — quase 25%. Os mencheviques de todas as correntes e matizes encontravam-se representados por 72 delegados, constituindo assim 11%. No dia de abertura do Congresso, a

Em qualquer momento, os destacamentos da Guarda Vermelha estavam prontos a atacar as forças armadas do Governo Provisório.



O Instituto Smólni — Estado-Maior da Revolução.



Moscovo. Os soldados da Revolução ao pé dos canhões.

fracção dos «socialistas-revolucionários» sofreu uma cisão: os de esquerda formaram uma fracção independente, em que entrou a maioria esmagadora dos delegados SR.

O Congresso representava mais de 400 Sovietes de todo o país. Estavam largamente representadas as regiões nacionais dos confins: chegaram mais de 200 delegados. O Exército e a Marinha enviaram também mais de 200 delegados. Deste modo, no Congresso encontravam-se representados dezenas de milhões de operários e trabalhadores de todas as nacionalidades, todo o país e o seu Exército, todas as principais forças da revolução. Esta assembleia traduzia, portanto, a força e a vontade de um povo decidido a estabelecer o seu poder.

Porém, o trabalho do Congresso começou por esbarrar com diversas obstruções: os representantes dos SR de direita e dos mencheviques fizeram a leitura duma declaração condenando a revolução e anunciaram que abandonavam o Congresso, dirigindo-se para o Palácio de Inverno, para aí «morrerem ao lado dos seus eleitos». De acordo com os dados apresentados pela Comissão de Mandatos, abandonaram o Congresso 51 delegados, ou seja, 7% de todos os delegados ao Congresso, que levaram consigo as estenógrafas (a história do Congresso por isso é exposta com base nos seus documentos, notas jornalísticas e memórias). Assim se deu o primeiro caso de sabotagem do Poder Soviético, meio de luta a que recorreria largamente, depois, a contra-revolução.

Logo que se sumiu o último dos que partiram para «morrer» juntamente com o Governo destituído no Palácio de Inverno, apareceu na tribuna um representante dos SR de esquerda, para declarar que toda a sua fracção continuaria no Congresso juntamente com os bolcheviques. Esta declaração foi acolhida com densos aplausos.

Enquanto no Congresso decorriam os debates, os insurrectos cercaram completamente a praça onde se

situavam o Palácio de Inverno e o Estado-Maior de Petrogrado, dirigindo este último a defesa do Governo Provisório destituído. O Palácio de Inverno foi defendido por cerca de 3 mil «junkers» (alunos das Escolas Militares), oficiais e soldados do Batalhão de choque feminino.

No dia 25 de Outubro, soou o esperado sinal — um tiro disparado pelo cruzador «Aurora». Os destacamentos da Guarda Vermelha concentrados perto do Palácio de Inverno lançaram-se ao ataque.

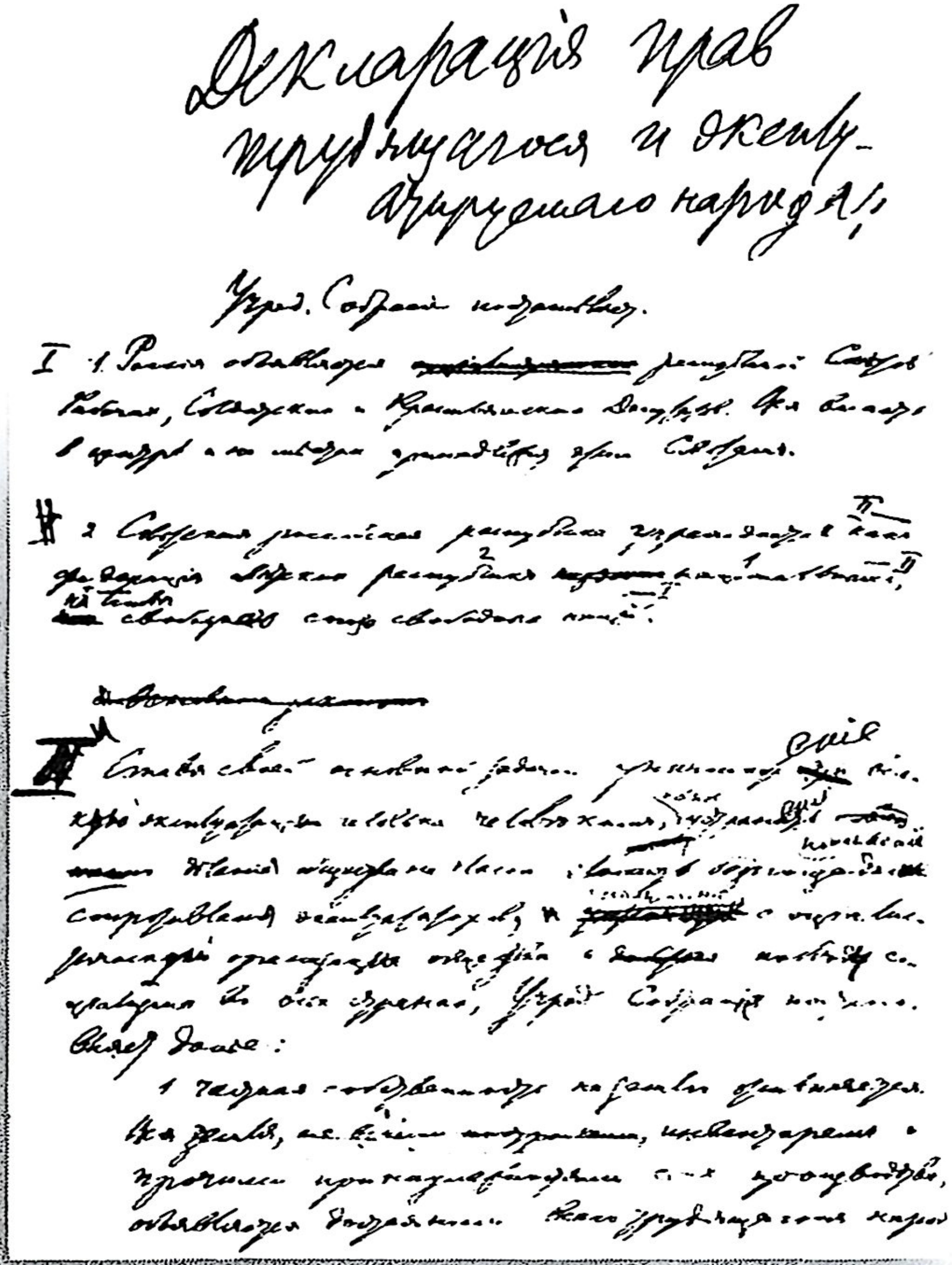
Ninguém sabia qual o apartamento em que se encontrava o Governo destituído. As portas do apartamento em que se achavam os ministros assustados foram enfim escancaradas. Pouco antes, fora daí enviado um telegrama ao Quartel-General: «O Soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogrado destituiu o Governo, exigindo a entrega do poder sob ameaça de bombardeamento do Palácio de Inverno com os canhões da Fortaleza de Pedro e Paulo e do cruzador 'Aurora'. O Governo só pode entregar o poder à Assembleia Constituinte e decidiu por isso não se render, colocando-se sob a defesa do Povo e do Exército. Acelerem o envio de homens».

O Governo destituído depositava as suas esperanças de salvação naquela Assembleia Constituinte, cuja convocação ele próprio saboteara ao longo de toda a sua existência!

O relógio marcava 1 h 50 m da noite, quando se levantou acta da prisão dos ex-ministros. Eles foram deslocados para a Fortaleza de Pedro e Paulo, em que anteriormente se enclausuravam os lutadores contra o czarismo. Os oficiais e «junkers» aprisionados foram desarmados e postos em liberdade.

A notícia sobre a queda do ex-Governo foi entusiasticamente recebida pelos delegados do Congresso.

A primeira página do manuscrito de V. I. Lénine «Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Oprimido», proclamando que se suprimia toda e qualquer exploração do homem pelo homem e que se começava a construir o socialismo. Este documento aprovado a 5 de Janeiro de 1918, foi, de facto, a primeira Constituição do País dos Sovietes.



Foi unanimemente aprovado um Apelo aos operários, soldados e camponeses, redigido por Lénine: «Apoiando-se na vontade da imensa maioria dos operários, soldados e camponeses, e na vitória dos operários e da guarnição de Petrogrado, o Congresso toma o poder nas suas mãos».[1] No Apelo anunciava-se que a plenitude do poder nos locais passava para Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses.

Na tarde de 26 de Outubro tinha início a segunda reunião do II Congresso dos Sovietes.

Os delegados aprovaram a disposição da presidência sobre a abolição da pena de morte na frente e sobre a libertação de todos os soldados e oficiais detidos por delitos políticos perpetrados contra as autoridades, como também de todos os membros de Comités Agrários que tinham sido levados a tribunal pelo ex-Governo Provisório e pelo seu ministro de Agricultura, na sua maioria socialistas-revolucionários.

Logo a seguir, falou V. I. Lénine, apresentando o relatório sobre a paz. «A questão da paz é uma questão candente, uma questão premente da actualidade. Tem-se falado e escrito muito sobre ela, e todos vós, evidentemente, sobre ela vos debruçastes bastante. Por isso permiti-me começar a leitura da declaração que deve ser tornada pública pelo Governo por vós eleito».[2]

O Governo Soviético propôs a todos os povos beligerantes e aos seus Governos a abertura imediata de negociações com vista ao estabelecimento de uma paz democrática e justa. Para evitar todas as deturpações possíveis e subterfúgios diplomáticos, o «Decre-

---

[1] V. I. Lénine. OC, vol. 35, pág. 11.
[2] V. I. Lénine. OC, vol. 35, pág. 15.

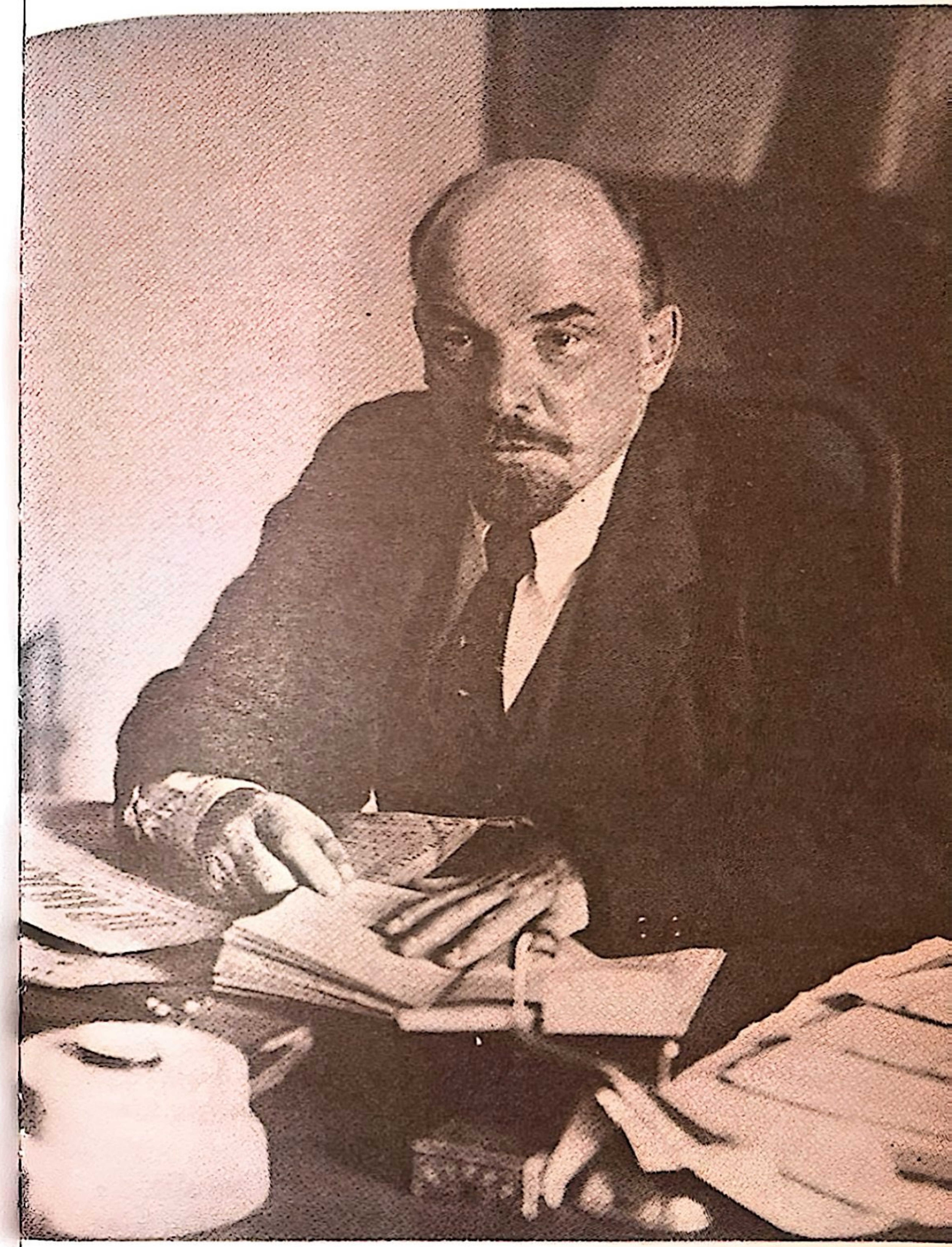
to da Paz» formulou precisa, clara e nitidamente que a paz democrática é uma paz sem quaisquer anexações ou indemnizações. Os partidos burgueses e pequeno-burgueses procuravam aplicar o conceito de anexações de acordo com os seus interesses de classe, ou seja, pretendiam que se considerassem como anexadas todas as terras conquistadas pelo imperialismo durante a guerra. No «Decreto da Paz» frisava-se que por anexação se entende toda a união, pela força, a um Estado grande e poderoso, dum povo pouco numeroso e fraco, sem a livre expressão do consentimento deste, seja qual for a época em que essa união se haja praticado, seja qual for o grau de civilização do povo anexado ou mantido pela força nas fronteiras de outro Estado, encontra-se este povo na Europa ou em longínquos países do ultramar.

Nos termos do decreto soviético, tratava-se duma paz democrática geral para todos os povos. Confirmando a sua decisão de abolir a diplomacia secreta, o Governo Soviético declarou que procederia imediatamente à publicação de todos os tratados secretos concluídos pelo Governo czarista derrubado e o Governo Provisório, denunciando estes tratados.

O Decreto da Paz pôs a nu, perante toda a Humanidade, o carácter rapinante da Primeira Guerra Mundial, constituindo para todos os povos poderoso apelo à paz. Com este decreto, o Congresso proclamou o princípio da coexistência pacífica entre o Estado Soviético e os países capitalistas. Os princípios da primeira lei soviética tornaram-se os fundamentos da política externa do Poder Soviético.

Na mesma tarde, Lénine anunciou o «Decreto sobre a Terra» que compreendia três pontos:

«1.º—A propriedade privada da terra é abolida sem qualquer indemnização.



Vladímir Lénine.

2.º—Todas as grandes propriedades agrárias, todas as terras propriedade da coroa, dos mosteiros, da Igreja, compreendendo o gado, o material agrícola, os edifícios com todas as suas dependências, são postas à disposição dos Comités Agrários cantonais e dos Sovietes Camponeses de distrito, até à reunião da Assembleia Constituinte.

3.º—Todo o dano causado à propriedade confiscada que pertence definitivamente ao povo, será considerado como grave delito e submetido aos tribunais revolucionários. Os Sovietes de distrito dos Deputados Camponeses tomarão as necessárias medidas para a observância da ordem no decorrer da confiscação das propriedades, para a determinação das propriedades a serem confiscadas, para o mais rigoroso inventário de tudo o que se confisca e para a protecção dos bens confiscados».

Na História nunca houvera lei que dissesse respeito aos interesses de tantos camponeses (pelo menos 100 milhões) e fosse formulada da maneira tão concisa e clara como o foi o «Decreto sobre a Terra».

Para chefe do Governo, denominado Conselho de Comissários do Povo, foi eleito V. I. Lénine. O Congresso elegeu um novo Comité Central Executivo da Rússia (CCER), cuja maioria passou a ser formada por bolcheviques.

Quando o II Congresso dos Sovietes encerrou os trabalhos, já amanhecia...

O que deu a Revolução de Outubro aos povos da Rússia e aos trabalhadores de todo o mundo

Antes da Revolução de Outubro, a Humanidade só conhecera uma forma de ditadura do

proletariado: a Comuna de Paris. A Comuna viveu apenas 72 dias. Todavia, a sua experiência, os seus êxitos e possibilidades tornaram-se património dos trabalhadores de todo o mundo graças ao marxismo, graças ao estudo, à generalização e à propaganda do marxismo.

Outubro deu uma outra forma da ditadura do proletariado—os Sovietes—encarnação da união entre o proletariado e os camponeses pobres. Uma forma de poder muito mais avançada e democrática do que todas as precedentes, porque atraiu para a gestão estatal as mais amplas massas, possibilitando a multiplicação das forças criadoras do povo antigamente oprimidas e sufocadas pelo capitalismo.

Isso não significa, entretanto, que a energia criadora do povo se cinja aos Sovietes e que a libertação do mundo do jugo total só se pode realizar sob essa forma. A criação das massas populares no sentido de organização pode avançar também outras formas. Comprova-o a democracia popular que, já depois de Outubro de 1917 veio a constituir uma nova forma de ditadura do proletariado. Porém, o tipo de poder, a sua essência e o seu carácter permanecem os mesmos em todos os casos: é o poder dos operários em aliança com as camadas não proletárias dos trabalhadores.

O significado histórico universal de Outubro consiste também em que ele traçou o caminho conducente à libertação da Humanidade da inevitabilidade de novas e sangrentas guerras imperialistas. A Primeira Guerra Mundial custou à Humanidade 10 milhões de mortos e 30 milhões de mutilados. A Segunda Guerra Mundial, desencadeada pelo fascismo, acarretou três vezes mais vítimas. A terceira, com o emprego de bombas atómicas, ameaçaria a Humanidade de morte e destruição de toda a civilização contemporânea.

«Lénine está connosco!» — proclamam os comunistas soviéticos ao começar a cumprir o novo grandioso programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade socialista, programa esse aprovado pelo XXVII Congresso do PCUS. Os comunistas soviéticos continuam fiéis aos ideais de paz e solidariedade internacional.

O regime estabelecido pela revolução socialista não só é capaz de conter os imperialistas, não lhes permitindo lançar a Humanidade na guerra, como é mesmo susceptível de excluir as guerras como meio de resolver litígios, conflitos, confrontos, hegemonismos. O socialismo e a paz são inseparáveis. Não foi por acaso que a primeira lei do Poder Soviético foi o «Decreto sobre a Paz», que expôs os princípios fundamentais da política externa dos Sovietes.

Desde há muitos séculos que os camponeses sonhavam com a terra. Diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses asseguravam aos camponeses, nos seus programas e nas suas intervenções, que iriam libertá-los do jugo do latifundiários. Contudo, só a Revolução de Outubro pôs em prática as suas promessas, entregando a terra aos camponeses. O socialismo anula a pobreza nos campos. o pauperismo, elimina a perpétua ligação escravista à pequena parcela de terra, a pequena e muito pequena propriedade sobre a terra, que condena os camponeses à subalimentação e a um trabalho extenuante. O socialismo faz renascer o trabalho livre na terra livre.

Os povos oprimidos e subjugados durante séculos inteiros, mantidos em submissão, a ferro e sangue, pelos mais fortes, viram na experiência dos povos libertados da Rússia que o imperialismo não é omnipotente. Os decretos do Poder Soviético sobre a liquidação da opressão nacional, o reconhecimento do direito das nações disporem de si próprias, até à separação e formação de repúblicas nacionais independentes, indicaram aos povos subjugados o caminho da libertação.

Pela primeira vez na história do movimento operário mundial, a classe operária obteve a jornada de trabalho de 8 horas. Havia muitos decénios que o proletariado vinha apresentando esta reivindicação,

mas em nenhum país capitalista desenvolvido, antes de Outubro, foi introduzida a lei sobre a jornada de trabalho de 8 horas. A Revolução de Outubro estabeleceu o controlo operário sobre a produção. Como resultado, passado meio ano, a maior parte das fábricas e empresas passou para as mãos do Estado proletário.

A vitória da Revolução de Outubro fortaleceu a organização do proletariado internacional. Antes da Revolução de 1917, só existia um partido comunista, na Rússia. Apenas 5 anos decorridos após Outubro, foram criados cerca de 40 partidos comunistas. O surgimento destes partidos foi, naturalmente, ditado pelas necessidades internas dos respectivos países; contudo, os decretos do Poder Soviético, como fachos inextinguíveis, iluminavam a difícil via da sua criação. Este o significado internacional do Grande Outubro.

COMO SE DEU A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Isaac Mints é um historiador soviético renomado, membro da Academia das Ciências da URSS. É autor da monografia «A História do Grande Outubro» em três volumes e de muitas outras obras fundamentais cujos temas são a Revolução de Outubro, a guerra civil na Rússia e certos problemas da política externa do Estado Soviético.

Isaac Mints, Prémio de Estado (duas vezes) e o Prémio Lénine; fez jus ao título de Herói do Trabalho Socialista.